



THEO SALES

na terra do sal e do sol

HISTÓRIAS DO MAIOR CRIME
SOCIOAMBIENTAL URBANO DO PAÍS



THEO SALES
SÃO PAULO
2024

HISTÓRIAS DO MAIOR CRIME
SOCIOAMBIENTAL URBANO DO PAÍS

na terra do sal e do sol

A todas as vítimas desse crime, que perderam seus lares e suas memórias. Que suas dores nunca sejam esquecidas e suas histórias sejam para sempre lembradas.

Su- mário

9 INTRODUÇÃO

23 DO SAL
A gema
O Profeta
Tragédia anunciada

47 PINHEIRO
A doida dos gatos

67 BEBEDOURO
38 N°1570002A
Um Maracanã

95 A LAGOA
Morte e Vida Sururu
Filho de peixe, peixinho é

117 FAROL
Um delírio de carnaval na Maceió da Braskem
Faixa de Gaza
Desde o tempo de Cabral

139 A BRASKEM TEM CULPA

“Esta história acontece em estado de emergência e de calamidade pública. Trata-se de livro inacabado porque lhe falta resposta.”

CLARICE LISPECTOR



Menino observa as ruínas dos bairros em Maceió.

Introdução

“Com um terço na mão, Dênia Valquíria realiza sua caminhada diária ao entardecer. Em meio a prédios abandonados e ruas vazias, a senhora faz sua atividade física em uma área fantasma. Ela é uma das últimas moradoras do Pinheiro, um dos quatro bairros — além de Bebedouro, Mutange e Bom Parto — afetados pelo afundamento do solo causado pela extração de sal-gema pela Braskem. A debandada da região começou em 2018, quando tremores foram sentidos após fortes chuvas. Rachaduras surgiram e o risco de desabamento ameaçou a segurança de milhares de pessoas, forçando-as a deixarem seus lares.”

Quando escrevi a história acima, em 2021, quatro bairros haviam sido diretamente afetados pelo crime socioambiental da Braskem. Hoje, em junho de 2024, são cinco. Pinheiro, Bebedouro, Mutange, Bom Parto e Farol. Bairros que já foram lar para cerca de 60 mil pessoas que evacuaram mais de 14 mil imóveis devido à mineração de sal-gema. Alguns estudos afirmam ser o maior crime socioambiental urbano em curso no país. Ligados no Jornal Nacional, os brasileiros não adivinham, mas Maceió está afundando.

O Brasil só descobriu esse fato em dezembro de 2023, quando a mina 18 da Braskem rompeu dentro da Lagoa Mundaú. Veiculou-se na época a possibilidade de se abrir uma cratera do tamanho de um Maracanã, um estádio com capacidade para 80 mil pessoas. Maceió então estampou os jornais pelo país, como a cidade sob risco de desaparecer.

Uma parte da cidade vem desaparecendo desde 3 de março de 2018, após um tremor de terra de magnitude 2,4 na escala Richter. Desde então, os cinco bairros foram sendo esvaziados e se tornando desertos habitacionais. Casas, lojas e prédios destruídos, ou fechados com tijolos e cimento. Alguns quarteirões completamente destruídos e cercados por placas de alumínio que bloqueiam a entrada de pessoas não autorizadas pela Braskem. Em algumas praças ainda abertas, pode-se ver placas de “rota de fuga” e “ponto de encontro”. Sinalizações comuns em cidades construídas sobre falhas geológicas. No caso de Maceió, a falha geológica que foi construída sob a cidade.

Em 2018, ainda não se sabia a causa dos tremores e rachaduras que surgiam nas casas desses bairros. Até que, em maio de 2019, um relatório do Serviço Geológico Brasileiro (SGB) concluiu que a subsidência — o afundamento do solo — em Maceió foi causada pela mineração de sal-gema desde a década de 1970. Na verdade, já havia uma falha geológica em Maceió, que foi reativada por conta das minas. A extração começou com a Salgema Indústrias Químicas Ltda., que se tornaria Braskem em 2002. Desde o princípio, foram anunciados os riscos da mineração, e o desastre não era apenas uma possibilidade, mas uma probabilidade.

Com o atestado do SGB, a Braskem interrompeu suas atividades de extração na região no mesmo ano, mas seu rastro de destruição permaneceu e se expandiu. Trata-se do legado de quase 50 anos de mineração irresponsável e criminoso, permitida e impulsionada por agentes públicos, que além de não realizar a devida fiscalização, investiram na atividade, por meio de subsídios e isenções fiscais.

Dênia mostra a rua de seu lar. Apenas três casas permaneciam com moradores.





Indícios de subsidência podem ser observados desde 2004, com imagens mostrando um afundamento de até dois metros na área da mineração. Desde 2017, quando fez um estudo no condomínio Jardim das Acácias, no Pinheiro, o engenheiro Abel Galindo Marques desconfiava da relação entre a subsidência e a atividade da Braskem. Quando a acusou em 2018, foi chamado de doído. Assim como o professor José Geraldo Marques, que foi perseguido na época da instalação da mineradora por anunciar os seus riscos. Não faltaram avisos.

Assim, dezenas de milhares de pessoas perderam seus lares, trabalhos, empreendimentos e memórias. Todo o trauma desse processo fez muitos alagoanos adoecerem física e psicologicamente. Alguns inclusive morreram, como contam diversos moradores. Outros, permanecem abalados, assim como as estruturas dos bairros.

Maceió perdeu cerca de 20% de sua área urbana, que se tornou propriedade da Braskem em um acordo que faz parte do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, amplamente criticado pelos moradores. Como suposta indenização aos moradores afetados, a empresa propôs um termo no qual adquiriu a posse dos imóveis por um valor proposto a partir da avaliação de uma empresa contratada pela própria Braskem.

Placa de rota de fuga no bairro do Pinheiro.



Visão de casas destruídas entre os bairros do Farol e Bom Parto.

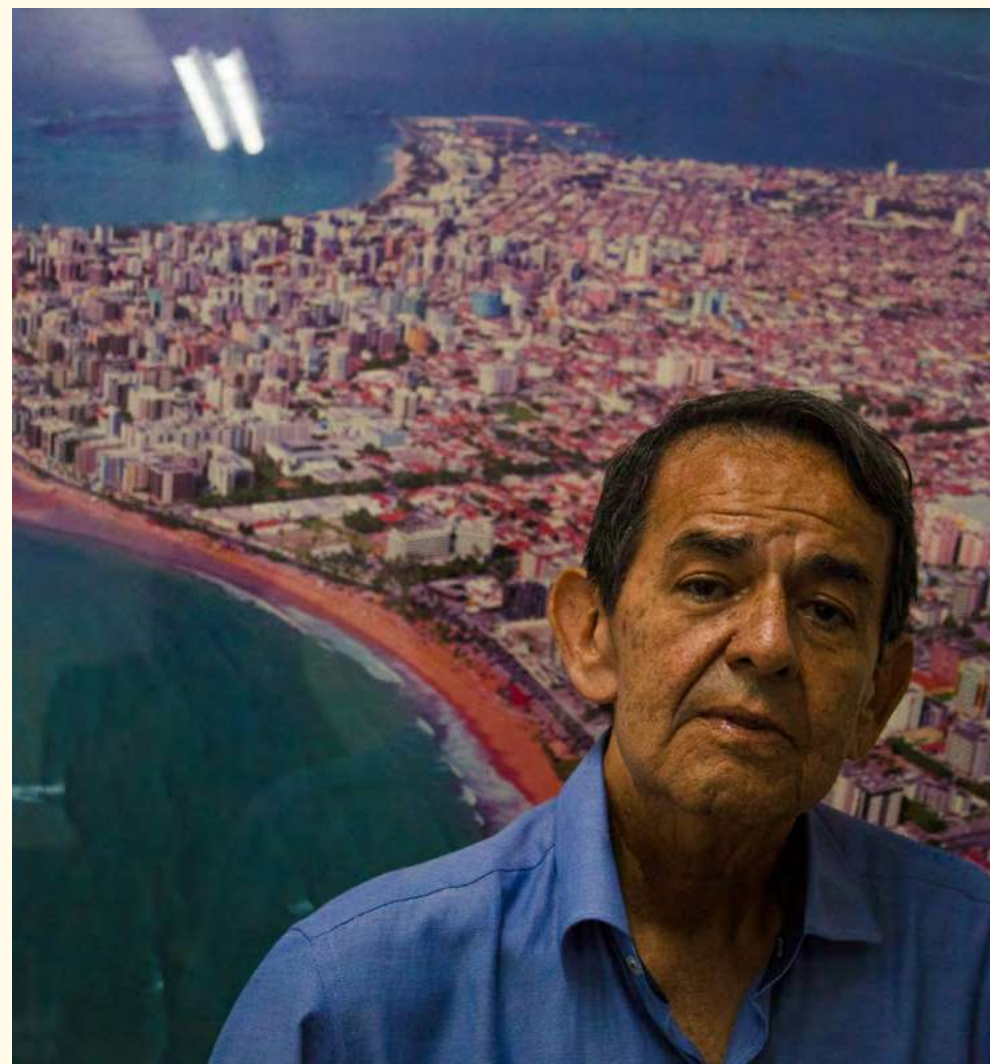
Ao longo do livro, será visto como esse valor é contestado pela população por sequer ser suficiente para comprar outra casa. O professor José Geraldo chamou de “roubo consentido”. Consentido, inclusive, pela prefeitura, pelo Ministério Público Federal e Estadual e pela Defensoria Pública do Estado e da União. Mas o defensor estadual Ricardo Melro passou a defender a revisão do acordo.

Com a compra dos imóveis e a evacuação da população, os bairros foram sendo abandonados. A vegetação cresce pelas ruas e dentro das próprias casas, retomando a região. Nos muros, mensagens de protesto contra a Braskem e os órgãos públicos, além de números vermelhos que representam o número do registro de desocupação.

Ao passar pela região em 2021 para documentar o crime, a referência que me veio à cabeça foi de Chernobyl: uma cidade fantasma. Em 2024, ao depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado, o professor José Geraldo Marques, antigo morador do Pinheiro, comparou seu bairro à Ucrânia e à Palestina, cenários de guerra.

Ao redor das áreas evacuadas, a população também sofre os impactos da mineração, como o isolamento social causado nos Flexais, região do bairro do Bebedouro, e os danos ao meio ambiente. Em verdade, toda a cidade foi afetada, direta ou indiretamente.

Esse livro é uma tentativa de mostrar os impactos desse crime e contar a história das vítimas, as pessoas afetadas. Histórias de vida. Como a de Elisa, moradora do Jardim das Acácias, um dos primeiros prédios a ser afetado. Como Jackson e Marluce, que nasceram e se criaram nos mesmos bairros de seus pais. Ou dos pescadores da Lagoa Mundaú, que vivem com medo e incerteza acerca do futuro. E tantos outros moradores que perderam seus lugares de memória. Trata-se de um livro inacabado, pois sua história ainda está em andamento.



O engenheiro Abel Galindo em frente a uma foto aérea de Maceió em seu escritório.



Escrito na parede: “Sonhos destruídos. Esta casa foi invadida, depredada e está rachada. Quem pagará por isso?” e “25 anos de histórias deixados para trás... Quem pagará por isso?” Foto de autoria própria, 2021.

É a história dos alagoanos que amam a sua terra
natal como as cobras amam seus ninhos de
pedra, com todos os defeitos.

LÊDO IVO



Do sal

Seu nome oficial é cloreto de sódio e é muito utilizado na indústria química como matéria-prima. Do sal, é feito cloro, ácido clorídrico, soda cáustica, bicarbonato de sódio, entre outros produtos, dos quais fazem parte da produção de vidro, porcelana, produtos de higiene e farmacêuticos, tintas, fertilizantes e até alimentos. No saneamento, é usado para tratar a água que bebemos. Seus usos são muitos; sua importância, estratégica.

Em Maceió, o sal-gema, ou rocha de sal, é encontrado com alto nível de pureza e extraído na forma de salmoura, isto é, injeta-se água para dissolver o sal e, usando um sistema de pressão, bombeia-se a solução até a superfície. Com isso, são formadas cavernas, que precisam ser preenchidas para manter a estabilidade do solo.



Vista panorâmica dos bairros afundando.

A gema

A história da mineração de sal-gema em Alagoas começa por um acidente. Em 1941, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) começou a perfurar o solo dos mangues da Lagoa Mundaú, em Maceió, para prospectar petróleo. A busca não foi bem sucedida na sua missão, mas acabou por encontrar sal-gema, em uma mina a mil metros de profundidade. Na época, o CNP não tinha interesse pelo minério e concedeu o direito de exploração a um grupo estrangeiro em 1944. A mineração, no entanto, não se concretizou e a concessão acabou caducando anos depois.

Quem percebeu o potencial econômico da jazida foi o empresário baiano Euvaldo Luz, dono de uma oficina que reparava as sondas de prospecção. Em 1944, ele tentou obter a concessão para exploração, mas descobriu que os direitos já haviam sido concedidos por 22 anos. Também foram encontradas outras reservas de sal-gema no município de Palmeira dos Índios, em 1942. A concessão foi para José Maria Mendes, que tentou viabilizar a sua exploração, mas também não teve sucesso. Nenhum dos dois depósitos foi explorado até a década de 1960.

Enquanto José Maria buscava os recursos para a exploração, Euvaldo aguardava o momento para iniciar o seu projeto. Até que, em 1966, dois anos após o fim da primeira concessão, criou a Salgema Indústrias Químicas Ltda e recebeu o direito de pesquisa da área. Ainda nesse ano, diante

da necessidade de mais recursos para tornar possível a mineração, buscou grupos estrangeiros para participar do empreendimento.

Uma das empresas foi a Dow Chemical, que, após conhecer a viabilidade econômica da proposta, criou seu próprio projeto e tentou conseguir a aprovação e os investimentos da Sudene, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, antes de Euvaldo Luz. Mas o empresário baiano chegou primeiro e saiu na frente.

Com a necessidade de apoio financeiro, o grupo de Euvaldo Luz, associou-se à Union Carbide, uma indústria química dos Estados Unidos. Em 1969, a Sudene aprovou sua participação, de 50%, mas a empresa estrangeira se retirou. Em 1984, a Union Carbide foi responsável pela Tragédia de Bhopal, considerado o pior desastre industrial da história, quando um vazamento de gás tóxico afetou mais de 500 mil pessoas em Bhopal, na Índia. Após 17 anos, em 2001, a Dow Chemical comprou a empresa.

Desenvolvimento não tem “S”

Ainda em 1969, a Sudene também liberou os recursos para o projeto, dois anos após a primeira sonda ter encontrado sal no bairro do Mutange. Na época, Euvaldo chegou a enviar um telegrama para o superintendente da Sudene no qual afirmou que a mina garantiria o “êxito do suprimento de matéria prima ao projeto que libertará o Brasil da importação, produzindo soda cáustica e cloro dentro dos custos internacionais”.

A liberação de recursos pela Sudene possibilitou a Euvaldo Luz atrair a gigante americana DuPont para o projeto da Salgema. A entrada desta estrangeira, no entanto, despertou a atenção dos militares nacionalistas, que passaram a monitorar de perto a iniciativa.

Assim, em 1971, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o BNDE — na época, ainda sem o “S” de social — também investiu no projeto e assumiu 10% das ações. O governo então aumentou o capital e preparou o terreno para a estatização da empresa, com o BNDE adquirindo a participação de Euvaldo Luz, que não conseguiu acompanhar o nível de investimento, em 1975 e transferindo-a para a Petroquisa, subsidiária da Petrobras.

A construção da fábrica e do terminal marítimo em Maceió teve início em 1974, com a produção comercial começando em 1977. A Salgema alcançou seu primeiro lucro em 1981, impulsionada pelo crescimento das exportações.

A década de 1980 marcou a entrada de novos atores no cenário da Salgema, como a Norquisa e a Copene. Com o processo de privatização do setor petroquímico na década de 1990, a Odebrecht adquiriu participação na empresa, criando a Odebrecht Química S.A., que se tornaria Trikem, após uma série de fusões e aquisições no ramo.

Em 2002, com a integração de mais empresas, a Trikem se torna Braskem e assume o controle total da exploração de sal-gema em Alagoas. Atualmente, a empresa é controlada pela Novonor (antiga Odebrecht) e pela Petrobras, com uma pequena parcela de ações pertencentes a outros investidores.

Em 2019, após ser alvo de diversas investigações da Operação Lava-Jato, a Odebrecht entrou em processo de recuperação judicial e colocou sua participação na Braskem à venda. A Petrobras, como segunda maior acionista da empresa, tem o direito preferencial de compra e estuda a aquisição do controle da antiga Salgema.

O profeta

José Geraldo Wanderley Marques nasceu em Santana do Ipanema, no sertão de Alagoas. Filho de Adeildo Nepomuceno, influente político, conhecido como “Imperador do sertão”. Na década de 1960, mudou-se para Maceió para fazer um curso científico e depois foi para Recife. Na capital pernambucana, começou a estudar Medicina, como era o sonho de seu pai, mas acabou trocando pela Medicina Veterinária e pela História Natural, que cursou simultaneamente. “Com isso, salvei muita gente”, conta rindo.

Essa mudança foi, ironicamente, motivada por seu pai, que o havia apresentado com um livro sobre a história do naturalista Charles Darwin. Inspirado pelo cientista inglês, Zé Geraldo quis seguir seus passos e buscou se especializar em Ecologia, um ramo da biologia que estuda os ambientes e os seres que neles habitam. Foi então para São Paulo, onde fez seu mestrado em Zoologia: um levantamento dos peixes do complexo estuarino das lagoas Mundaú e Manguaba. As lagoas também foram tema de seu doutorado, que buscou comprovar cientificamente os saberes populares dos pescadores. A Mundaú foi e é sua paixão e objetivo de pesquisa. “Mesmo sem saber nadar”, brinca.

Como seu interesse era a Ecologia, Zé Geraldo saiu da lagoa e foi para o Rio de Janeiro, único lugar no Brasil que tinha formação na área. Foi no Rio que sua história começou a se entrelaçar com a da Salgema. Lá, teve como professor Paulo Nogueira Neto, o primeiro secretário de Meio Ambiente do país. A secretaria foi criada pelo ditador Médici após pressões internacionais para que o Brasil criasse um órgão de proteção ambiental. Era 1974, e Zé Geraldo estava na fazenda de Paulo Nogueira quando o presidente o chamou para assumir a secretaria. Médici pressionou os governadores para que cada estado criasse seu próprio órgão também.

Em Alagoas, o recém-empossado governador Divaldo Suruagy era amigo pessoal de Adeildo Nepomuceno, o pai de Zé Geraldo. O jovem pesquisador então mandou uma carta para Divaldo, que o convidou para uma reunião no palácio. Zé Geraldo voltou para Alagoas e ficou para assumir a Secretaria Executiva de Controle de Poluição, o equivalente a uma secretaria de Meio Ambiente, em uma época que sequer existia uma Política Nacional de Meio Ambiente. “E aí começa a nossa história”, diz Zé.



Luzia mostra o sururu branco e pequeno, como grão de arroz.

De volta à lagoa

O órgão estadual já havia sido criado como uma coordenação ligada à Capitania dos Portos, da Marinha, mas não tinha estrutura. Nem salário. Zé Geraldo aceitou mesmo assim, entusiasmado com a ideia de poder fazer algo pelo meio ambiente do estado. Seu plano era criar um pólo ecológico, que protegeria o ecossistema, além de servir para educação, pesquisas e turismo. Porém, a história não foi bem assim. “Ao invés de consolidar um pólo ecológico, consolidou-se um pólo cloroquímico, altamente poluidor e degradador do meio ambiente”, conta.

Foi no começo do seu mandato que a Salgema começou a construção de sua fábrica. A escolha do local para receber a estrutura foi definida pela DuPont, um dos grupos donos da Salgema, que exigiu a instalação do pólo industrial no Pontal da Barra, uma área de restinga. O bairro fica no sul de Maceió, em uma estreita faixa de terra que separa a Lagoa Mundaú e o mar. Um santuário ecológico, na definição do ambientalista. O local era repleto de dunas de areia, “paisagisticamente e ecologicamente belíssimo e riquíssimo”. Além de ser lar de uma secular vila de pescadores e artesãos locais, onde é feito o tradicional bordado filé, uma técnica de renda passada de geração para geração, marca registrada do artesanato alagoano.

O Pontal da Barra existia antes mesmo de Maceió se tornar cidade, quando ainda era uma vila. Lugar de belezas naturais e cultura tradicional, com a instalação da Salgema, o bairro se tornou uma área de risco permanente. Zé Geraldo lutou para impedir isso, mas o poder econômico se impôs. Be-roaldo Maia Gomes, o engenheiro responsável por coordenar os estudos, apresentou alternativas de locais para a fábrica, em lugares mais seguros para o ambiente e para a população, mas a DuPont insistiu pela instalação no Pontal, ameaçando mudar o pólo para Sergipe, o que pressionou o governo estadual.

A proximidade entre a mina e a fábrica era o principal motivo para a localização da planta, pois reduzia a dificuldade do transporte. Essa localização permitia que a salmoura extraída no subsolo do Mutange fosse levada até o Trapiche da Barra por uma tubulação de aço de 14 polegadas de diâmetro, percorrendo oito quilômetros de extensão. Isso gerava ganhos significativos economizando no transporte da matéria-prima.

Em uma reunião de apresentação do polo petroquímico, um técnico respondeu a Zé Geraldo que era “mais fácil mudar Maceió do que mudar a Salgema de lugar”. Com a iminência da construção da fábrica de cloro-soda no Pontal, o então coordenador do Meio Ambiente e sua equipe de técnicos elaboraram uma análise dos impactos ambientais previstos.

Dentre os perigos, estavam: risco de explosão; inevitáveis emanções com risco de emanções massivas de gás cloro — uma substância extremamente tóxica; perigo de incêndio; contaminação do lençol freático; devastação da restinga; destruição de manguezais e previsão de subsidências por ação mineradora. Ou seja, desde a instalação da Salgema, em 1974, sabia-se do risco de afundamento do solo.

Em 1985, o jornalista Ênio Lins inclusive desenhou uma profecia do que aconteceria em Maceió. Na charge, uma tubulação da Salgema extrai o minério do solo, deixando um grande buraco que ameaça cair sob a casa da população.

“Nunca fomos contra a exploração do minério sal-gema, que é um minério abundante em Alagoas como em poucos lugares, e se bem explorado, conduzido e planejado poderia ou poderá contribuir com o desenvolvimento de Alagoas. A nossa objeção era com o local, mas eles não queriam outro”, relembra Zé Geraldo.

O macumbeiro

O jovem cientista não tinha poder de fato como coordenador do órgão de meio ambiente. Nem sede própria havia. Não podia negar a licença ambiental para a instalação da fábrica porque sequer havia um pedido. Sua arma era a imprensa e a opinião pública. Começou a divulgar estudos e documentos mostrando os riscos do pólo químico, o que não foi bem recebido pela Salgema e pelo próprio governo do qual fazia parte.

Iniciou-se então uma campanha de difamação contra o professor. Foram feitas ameaças físicas e morais, de assassinato de sua reputação. Sua sentença foi dada: condenado à morte social. Recebia telefonemas anônimos com perguntas como “você tá querendo virar um Tiradentes?” Começaram espalhando o boato de que ele teria enlouquecido e via perigos onde não havia. Passou a ser tratado como “aquele doido”. Os ataques à sua reputação o levaram a perder a confiança da própria equipe a ponto de ser chamado de incompetente.

Tentaram desacreditar o cientista seguidor de Darwin, que fazia pesquisas científicas referenciando o conhecimento produzido pelo povo. Em seu doutorado, buscou comprovar teses a partir dos saberes dos pescadores da Lagoa Mundaú. Seu interesse científico também se voltou para as ervas do Candomblé, uma vez que os cultos de matriz africana dependem de plantas para acontecerem — há um provérbio que diz “sem ewé, sem folha, não tem axé”. E Zé Geraldo tinha a ideia de criar um horto botânico onde fossem cultivadas para uso pelos povos de terreiros e para estudos científicos.

Como pesquisador, visitou terreiros e foi em festas de Orixá, além de receber visitas do pai de santo Babalorixá Cícero, que se tornou seu amigo pessoal. Mas Zé Geraldo não tinha nenhuma vinculação religiosa com

o candomblé, era uma relação científica. Sua pesquisa se tornou alvo de difamação mesmo assim. De cientista, tornou-se “o macumbeiro”. E ser macumbeiro era quase um crime na época da ditadura. Ainda mais em Alagoas, onde aconteceu o episódio mais violento de perseguição contra praticantes de religiões de matriz africana, o Quebra de Xangô, em 1912. Evento que foi motivado por uma disputa política.

Essa não foi a única forma de intimidação. Zé Geraldo também lembra dois episódios com revólveres. Em uma reunião para discutir a questão do pólo industrial, um secretário abriu sua pasta na frente do então secretário de Controle de Poluição e mostrou um revólver. Um argumento duro contra Zé Geraldo. “Precisa dizer mais nada.” No outro caso, envolveu um segurança terceirizado que estava de vigilância na sede provisória do órgão. “Eu estava na biblioteca do primeiro andar, atrás, nos fundos. Ele subiu, entrou, pegou o revólver e começou a brincar com o revólver.”

Após ser defenestrado e ameaçado fisicamente, o professor deixou seu cargo. “Aí eu decidi dar uma de Graciliano Ramos. Fui ao meu escritório, peguei uma folha de papel, sentei e escrevi minha carta à instância superior dizendo que a partir daquela data eu não teria mais nenhuma responsabilidade pelo órgão ambiental de Alagoas.” Assim, em 1978, deixou a secretaria e também o estado, mais uma vez.

O futuro será cinza

Dois anos após deixar Alagoas, o pesquisador, já mestre em Zoologia, retornou a Maceió para se tornar professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) em 1980. A experiência na Ufal aproximou ainda mais o professor Zé Geraldo dos movimentos estudantis e de defesa do meio ambiente.

Desde meados dos anos 1970, movimentos sociais e a imprensa local já protestavam contra a implantação da Salgema, sendo alvo de repressão dos militares por supostamente serem uma ameaça contra a atividade industrial do país. A manifestação foi às ruas contra o projeto de mineração, como no caso do grande protesto de 1985, quando a empresa pretendia duplicar a produção, o que aumentaria, também, os riscos.

O Sistema Nacional de Informações (SNI), órgão de espionagem da ditadura militar, vigiou a passeata realizada em Maceió em 17 de maio de 1985, denominada “Movimento pela Vida”. A manifestação percorreu as ruas centrais da cidade e utilizou faixas e cartazes com os dizeres: “Não deixe duplicar a Salgema”, “Não deixe duplicar seu risco” e “O futuro será cinza se o presente não for verde”. Cerca de 400 pessoas tomaram parte no evento, segundo o órgão.

Em um documento que analisa a atividade da Salgema, o órgão da ditadura elencou que o principal obstáculo da empresa era a “interpretação errônea que a imprensa alagoana e a opinião pública fazem sobre as possíveis externalidades (danos à flora e à fauna em decorrência de lixos químicos, etc) advindas da industrialização de produtos pela empresa”.

Registro do conjunto Jardim das
Acácias, no Pinheiro, em 2021.



O SNI chegou a produzir um dossiê sobre o professor Zé Geraldo, no qual ele é acusado de ser comunista e de promover greves de caráter subversivo. “São cinco folhas de mentiras!”, afirma o professor. “Tinham algumas coisas verdadeiras, totalmente deturpadas: que eu tinha sido preso na Universidade Rural, que eu tinha financiado o Partido Comunista. Digo, gente... eu que precisava que o Partido Comunista me financiasse!”

Refugiado ambiental

E o futuro realmente foi cinza, inclusive para Zé Geraldo, que tanto lutou para que fosse verde. Quando voltou para Maceió em 1980, o professor se instalou no bairro do Pinheiro com sua esposa. Foi lá que construíram a casa e a família. Lar em que viveram por 40 anos e criaram seus três filhos. Era a casa 241 da Rua Jornalista Augusto de Vaz Filho. Ficava no final da rua, com uma visão privilegiada para uma de suas grandes paixões, a Mundaú.

“Tive que abandonar a minha linda casa no Pinheiro. Mandeí a minha família primeiro e fiquei com a minha biblioteca. Levamos o essencial, chorei muito com essa despedida. Chorei até não poder mais. Um dia, pedi um táxi e fui embora, para nunca mais voltar”, desabafa. Seus filhos foram os que mais sofreram. Sua filha não se recuperou psicologicamente até hoje e um de seus filhos tem um ódio profundo pela Braskem.

A sua grande perda foi sua biblioteca, com seus livros raros, arquivos e documentos. “Não restou pedra sobre pedra. Restaram documentos rasgados e alguns livros. Mas olha, eu ainda estou tão traumatizado que eu não tive coragem de conferir o que é que se salvou ou não.” Perdeu o livro que mudou sua carreira e sua vida, o livro que seu pai havia lhe dado e que o fez

se interessar pelos estudos do meio ambiente: O Homem, o Tempo e os Fósseis, de Ruth Moore.

“Perdi minha casa. Perdi meu lugar de memória. Perdi meu chão.” José Geraldo caminhava todos os dias pelo Pinheiro. Cotidianamente andava até a Praça Arnon de Mello e ia ao Shopping Farol. Atrás de sua casa, havia uma comunidade que tinha uma pequena roça coletiva, onde dava aulas práticas de Agronomia. Hoje, mora com a família na Ponta Verde, bairro na orla de Maceió. “Nenhuma orla vale mais que aquele pedaço de chão e toda a história que havia nele”, lamentou. “Já tiraram meu chão e meu crepúsculo, mas só deixei meu cariri no último pau de arara.”

O ecologista se define como um refugiado ambiental. O termo criado em 1985, pelo professor Essam El- Hinnawi, do Programa da ONU para o Meio Ambiente, refere-se às “pessoas que foram forçadas a deixar seu habitat tradicional, temporária ou permanentemente, por causa de uma perturbação ambiental acentuada (natural e/ou desencadeada por pessoas) que comprometeu sua existência e/ou afetou seriamente a qualidade de vida”.

“Para proteger minha família principalmente, eu decidi me tornar um refugiado ambiental. Deixamos a casa e migramos. Somos refugiados ambientais. A Braskem nos fez uma proposta, muito aquém do valor da casa, mas foi o que o nosso advogado aconselhou a aceitar porque levaria muitos anos na justiça. Então nós pegamos. Nós tivemos realmente a nossa casa entregue compulsoriamente à Braskem. Casa e terreno hoje são da Braskem.”

Sua família se mudou às pressas com medo do risco de desabamento. Durante seis meses, tiveram que pagar o aluguel da casa nova por conta própria, sem auxílio da Braskem. Continuam vivendo de aluguel, pois o dinheiro da indenização não foi suficiente para comprar um novo lar. De sua varanda, vê apenas frestas do mar, bloqueado pelo prédio da frente. Longe de um dos seus grandes amores, a lagoa.



Visão para a Lagoa Mundaú de uma casa abandonada no bairro do Pinheiro.

Tragédia anunciada

No início da manhã de 31 de março de 1982, uma violenta explosão seguida de chamas que alcançaram cerca de 15 metros atingiu a unidade de Dicloroetano da empresa Salgema, localizada no Pontal da Barra, em Maceió. O acidente provocou pânico entre os moradores e funcionários da empresa, com correrias, desmaios e choros. As ruas próximas à Salgema ficaram movimentadas com pessoas procurando abandonar suas casas, mesmo em meio a uma forte chuva que caía sobre a cidade.

Pelo menos cinco pessoas foram atendidas na Unidade de Emergência Dr. Armando Lages, e 25 dias após a explosão, o trabalhador Genival Ribeiro dos Santos, de 44 anos, vinculado a uma empresa terceirizada, faleceu no Hospital dos Usineiros em decorrência de queimaduras de 1º, 2º e 3º graus.

O acidente na Salgema não foi o primeiro envolvendo a empresa. Em setembro de 1976, ocorreu a explosão de um reservatório de salmoura, provocando a morte de um operário. Em outubro do ano seguinte, houve vazamento de cloro em uma das unidades de armazenamento, o que causou problemas respiratórios em alguns moradores do Pontal da Barra.

Nos anos seguintes, pelo menos mais três casos de vazamentos de gás cloro foram registrados pela imprensa, todos provocando irritação nos olhos e garganta, além da sensação de asfixia nos atingidos. Explosões com rompimento de tubulações também voltaram a acontecer em 21 e 23 de maio de 2011, quando 152 pessoas do Pontal da Barra foram atendidas nas unidades de saúde de Maceió.

Os moradores do Pontal da Barra convivem com o medo dos acidentes há décadas, e cobram medidas das autoridades para garantir a segurança da população. O Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas de Alagoas estima que pelo menos 23 acidentes ocorreram na Salgema ou em suas instalações fora da planta industrial.

A jornalista Lenilda Luna, filha de um operário da então Salgema, conta uma lembrança de infância, de quando tinha apenas 10 anos. Seu pai não falava muito do trabalho em casa, mas certa vez ele chegou muito transtornado após presenciar um acidente com um de seus colegas. “Tem uma imagem clara na minha mente dele falando para minha mãe que ‘fulano derreteu como uma vela’”.

Visão por dentro de casa abandonada no Pinheiro.



Pinheiro



Antes da evacuação em massa, o Pinheiro tinha uma população de cerca de 20 mil pessoas. Era um tradicional bairro de classe média da cidade e foi um dos primeiros a apresentar sinais de afundamento. Foi lar do professor José Geraldo e de tantos outros alagoanos. Por muito tempo, o crime socioambiental ficou conhecido como caso Pinheiro/Braskem, devido ao destaque dado ao bairro no começo da tragédia. Atualmente, em 2024, a maior parte do Pinheiro está esvaziado, com quarteirões completamente fechados por tapumes de alumínio. Algumas de suas estruturas já foram destruídas e restam apenas resquícios do que já foi.



A doida dos gatos

Deise é carinhosa, amável e doce. Mas não é tão bela aos olhos da maioria. Seu corpo é esguio, frágil e marcado por sequelas. Ela é uma das sobreviventes da Braskem. Há 3 anos, ela foi resgatada pelo SOS Pet Pinheiro, um projeto de proteção a animais. Gatos, especificamente. E desde então ela está à espera de alguém que a adote. Mas Elisa vê sua beleza e a dedicaria todos os adjetivos mais lindos da língua portuguesa.

Suas histórias se entrelaçam na raiz do desastre. Elisa morava no prédio Mandacaru, bloco 10, do residencial Jardim das Acácias. Os prédios desse conjunto foram os primeiros identificados com rachaduras devido ao processo de subsidência do solo causado por conta mineração de sal-gema pela Braskem.

“Foi logo no início, onde começou tudo. Eu saí em fevereiro de 2019, porque o prédio onde eu morava já estava todo rachado. E não rachado assim do lado de fora não. Era a fundação mesmo que tava rachada. E aí acabou que tinha que sair, né? O terror já estava sendo tocado mesmo, ninguém nem dormia mais”, relata enquanto segura Tom, um gato de 3 anos que nasceu na casa do projeto.

Ela conta como a Defesa Civil criou um clima de medo entre a população. “Eles são especialistas em tocar o terror”, afirma e faz uma pausa para apresentar Pompom, a gata mais velha, que não tem nenhum dente e fica babando de vez em quando. “Depois, eles culpam a imprensa, mas quem toca o terror são eles. E ainda dizem que o povo que é sensacionalista!”

De repente, o prédio no qual morou por 16 anos estava rachado, desde a fundação e, em meio ao medo, se viu na necessidade de se mudar sem nenhuma ajuda financeira. Sua família só conseguiu entrar no Programa de Compensação Financeira da Braskem em julho de 2020. Tiveram que bancar a mudança por conta própria. “Não só eu, mas muita gente saiu, porque a Defesa Civil dizia que ia cair.”

Deixou para trás o lugar onde a memória se cristalizou desde os 11 anos de idade. A mãe, os seis gatos, a vizinhança que já foi lar e comunidade. As marcas na parede, os móveis que testemunharam décadas de histórias, os pelos no chão. Era tudo agora memória onde a saudade se refugia.

Para ela, o Pinheiro era uma grande família, onde todos se conheciam. “Eu conhecia tudo. Da barreira à beira da Lagoa, a Bebedouro. A Braskem foi lá e detonou. Parece que jogou uma bomba atômica. Só não matou instantaneamente as pessoas, mas continua matando o povo”. Era impossível ir na padaria e não encontrar alguém no meio da rua que ia te parar pra conversar. Uma comunidade mesmo. Um lugar onde as pessoas moravam há 50, 60 anos.

Ela interrompe a história para falar do Tom: “ele é dengoso, repara. Diga ao tio que você nasceu aqui, que você tá aqui desde que nasceu. Não conhece outra coisa a não ser a gente”. Enquanto acaricia a barriga do gato dengoso, Elisa volta pra história e conta que na época da mudança tinha apenas seis gatos. “Foi por isso que a gente teve que sair”.

Registro do conjunto Jardim das Acácias, no Pinheiro, em 2021.

A sua maior preocupação em caso do prédio começar a desabar não era com os móveis, ou bens materiais, e sim os gatos. “Se chovia, eles tocavam o terror. Era Defesa Civil, helicóptero, ambulância e tinha que sair correndo às 6h da manhã. Então a gente deixava as coisas na porta, porque se acontecesse alguma coisa, pegava os gatos. E torcia pra eles estarem perto na hora”.

Nenhum prédio caiu, mas sua família teve de se mudar no começo de 2019. Em julho de 2020, a Defesa Civil ordenou a demolição dos prédios do Jardim das Acácias por terem a estrutura condenada. O bloco 10 do edifício Mandacaru incluso.





De repente, eram cem

Mesmo depois de deixar o Pinheiro, Elisa ainda passava pela região, porque não conseguia não pensar nos gatos que moravam no bairro e foram abandonados por outros moradores. Saía do trabalho todo dia às 17h e ia alimentá-los. Antes da mudança, ela já alimentava dez gatos de rua. Só que, de repente, não eram vinte, trinta e, quando se deu conta, estava alimentando cem.

Cada vez que a Defesa Civil interditava uma rua, saíam os moradores e ficavam os animais. “Se saía, por exemplo, dez casas, uma rua inteira, ficava bicho na rua. Ficavam dez, quinze gatos. Tinha os que já eram da comunidade e tinha os que o povo abandonou”.

Mas ela não era a única que ia lá pôr comida e água, havia outros moradores que faziam o mesmo. “Ela tá doida pra destruir minha calça”. Então, a Associação de Moradores do Pinheiro convocou uma reunião e chamou todo mundo que gostava de bicho. E assim surgiu o projeto, em 19 de maio de 2019, com o nome de SOS Pet Pinheiro.

E Elisa foi quem ficou à frente da organização. Na época ela integrava a Comissão de Bem-Estar Animal da OAB. “A gente representa a proteção ambiental dos bairros. Eu ainda não posso dizer que sou ambientalista, mas eu me especializei em direito ambiental. Eu sou meio ambientalista, digo que sou meio porque eu ainda não tive coragem de ser como a galera que abraça mesmo”. Para ela, é impossível falar de meio ambiente sem falar dos animais, e o abandono de gatos e cachorros configura maus tratos, que é crime ambiental.

Janja pede carinho para Elisa.

Quem é essa doida?

De início, apenas o Pinheiro foi sendo desocupado. Mas depois Mutange também entrou no processo. Então a situação piorou. Mais pessoas abandonando suas casas, e seus bichos. Os cem, que já tinham se tornado trezentos e quatrocentos, viraram mil, à medida que o povo ia saindo e os gatos subiam em busca de alimento. Eles começaram a formar colônias, comunidades de gatos, nas ruas abandonadas.

Elisa explica que eles se unem por personalidade e criam redes felinas. Ela não só alimentava essas colônias, como também começou a pesquisá-las. Havia colônias de cinco a cinquenta gatos. Uma rua como a Jornalista Vaz Filho, por exemplo, tinha mais de uma colônia e chegou a ter por volta de 200 gatos.

Em março de 2020, ela contabilizou cerca de 5 mil gatos na área afetada, que então compreendia Bebedouro, Mutange, um pedacinho do farol e o Pinheiro inteiro. “E agora, o que eu faço com isso? Eu não tenho condições de pegar 5 mil gatos. Ninguém tem. Nem o poder público teria estrutura pra 5 mil gatos. Aí eu, muita ingênua, vou achar que o Ministério Público vai fazer alguma coisa”, comenta.

Sentada, sem ter o que fazer no meio da pandemia e com o relatório na mão, ela lembrou que é advogada, especializada em direito ambiental, e decidiu tomar ação. Então, denunciou a Braskem ao Ministério Público Estadual por crime ambiental: de maus tratos aos animais. “Aí foi um labafiero na época. Eu escutei de tudo. ‘Quem é essa doida que tá denunciando a Braskem?’ Minha vida se tornou um inferno”, relata. Elisa conta que teve o celular hackeado, sofreu perseguição e ameaças para parar com a denúncia. Não conseguia nem andar na rua sozinha com medo de algo acontecer com ela.

Ela riu de alívio ao contar que nunca foi espancada, mas lembra que teve pessoas que foram. “Bastou fazer qualquer coisa que atacasse a empresa. Eu fui mais um que entrou no cardápio deles. Comigo não acontece mais, porém até hoje tem gente sendo perseguida”. Apesar do medo, ela continuou criticando publicamente tanto a Braskem, quanto a prefeitura e o Ministério Público. Estava cutucando um vespeiro de gatos, que poderia parecer insignificante, mas significava dizer que a Braskem estava cometendo um crime. Mais um.

“Foi doideira, mas deu certo. Não vai dar em nada, mas o que deu certo é no sentido de chamar atenção para essa pauta, porque ela não era lembrada”, ressalta ao contar que a denúncia ainda está acontecendo e que vai para a trigésima audiência. E critica a atuação do Ministério Público, que não tomou providências para que a Braskem agisse com urgência, enquanto os gatos continuaram morrendo nas ruas, sem o devido abrigo ou cuidados, que deveriam ser providenciados pela empresa.

A atuação do MP foi “chula”, pra não dizer outra palavra. Algo que ela nunca imaginaria dizer como advogada. “Deixe não, viu? Que ela gosta de amolar a unha. Essa é a Amandinha”. Ela conta que a Braskem é quem controla as audiências da “agenda resolutive”. E a briga contra a empresa não para. Cansa. Não tem domingo, não tem segunda, não tem terça, não tem hora. Todo dia uma briga diferente. “Morreu gato a rodo, todo dia e de tudo que era jeito. Ou eles tamponam uma casa com gato dentro. Ou com cachorro dentro. Esses que tão aqui é um tiquinho de nada que foi salvo”.

No site da Braskem, há uma página sobre o Programa de Apoio aos Animais, que faz parte Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação, em parceria com a Ufal. Nas ruas, é possível ver ações do programa, tocado pela Ufal, com auxílio financeiro da empresa. Colocam comida, água e realizam tratamentos de saúde com os animais nos bairros abandonados. Em uma notícia no site da Braskem, sobre a iniciativa Focinho Responsável, que incentiva a adoção consciente, é lembrado que abandono animal é crime ambiental.

Apesar de prometer auxílio veterinário e logístico aos animais das famílias afetadas, na prática a realidade foi diferente, visto que a Braskem demorou para tomar ações. O Programa de Compensação Financeira só foi assinado em dezembro de 2019, meses depois do início do SOS Pet Pinheiro. Até as famílias receberem os auxílios, foram mais alguns meses. Elisa, que morava em um dos primeiros prédios afetados, só entrou no programa em julho de 2020.



Lar temporário

Enquanto o Ministério Público sentava à mesa para audiências das agendas resolutiva, a Braskem ganhava tempo, e os animais perdiam. Coube aos “doidos” fazer o que nem o poder público ou privado fez. Na época da entrevista, viviam 65 gatos na casa que fica no bairro Gruta de Lourdes. E o SOS Pet Pinheiro contava com 18 voluntários. “Na doideira” já resgataram mais de 500 gatos. E todos foram adotados.

O objetivo é ser lar temporário, e não definitivo dos gatos. Ao chegar na casa, eles são preparados para ir embora: são tratados, recebem nome e são apresentados à sociedade. “Essa aqui é Atena, ela é uma gata muito linda, chegou em janeiro do ano passado com cinco filhotes. Ela é muito encrenqueira, ela é muito burguesa e é muito caótica”.

Enquanto o projeto é casa temporária para os animais, para Elisa, é quase seu lar definitivo, onde está todos os dias, com exceção dos sábados e domingos. Ao longo da semana, os voluntários se revezam entre as atividades, que envolvem colocar água, ração, fazer a limpeza e os cuidados médicos, além de carinho.

A ONG se mantém apenas com dinheiro de doação. E apenas doação de pessoas. “A gente tem se mantido desse jeito meio doido, mas sempre que eu peço, aparece”. O custo mensal do projeto gira em torno de 5 mil reais, sendo 1700 apenas o aluguel. Em 2023, Maceió foi a capital que registrou o maior aumento do preço dos imóveis. Na Gruta, bairro próximo ao Pinheiro onde está localizado o projeto, a variação foi de 30,6%.

Gatos brincam com a câmera enquanto
Elisa responde mensagens no celular.

Além do custo fixo, ainda há despesas extras, como quando algum gato fica doente, ou precisa ser internado. Sem contar as castrações, que custam 70 reais para os machos e 90 para fêmeas. “O poder público tem dinheiro a rodo e não faz nada. Eu vou ter?”. Com as contas no vermelho e uma dívida de mais de 2 mil reais, a ONG teve que tomar a decisão de não resgatar novos animais no mês. Elisa é quem cuida da parte burocrática e paga as contas, no próprio cartão, e já está com o nome sujo. Pelos gatos, tudo.

Além do projeto no Pinheiro, a advogada Sandra e o músico Valfrido criaram o SOS Pet Bebedouro, com o mesmo objetivo: resgatar os animais e oferecer um lar temporário.

Os sobreviventes

Cada um dos 65 moradores do SOS Pet Pinheiro tem nome, história e personalidade. Nandinha ganhou o nome porque foi resgatada de uma árvore de 15 metros na Avenida Fernandes Lima. A princípio, chamaram de Fernando, até descobrirem que era fêmea. Então se tornou Fernanda, que se tornou Nandinha.

A Esperança é sedutora. Zezinho, esquisito. Ele não gosta de gente e é o segundo mais antigo de tempo de casa. A primeira é Tereza, que também não gosta muito de pessoas. Ricardinho tem nome de jogador e não gosta de Dori, até bate nela. “Ô, Ricardinho, ainda bem que você vai-se embora amanhã”. Deise é uma coitada, sequelada, que vive doente.

Tem o burguês Bartolomeu, vulgo Bartô. É o mais velho do lar. A mais velha é a Pompom. Ela tem 14 anos e nenhum dente na boca. “Mas eu não sugiro colocar a mão perto da boca dela. Dizem que mordida de gato sem dente

é pior que de gato com dente. Foi isso que me disseram”. Seus olhos são verdes e o pelo preto, com uma manchinha branca no pescoço.

Atena é a agente do caos. Morceguinho é tão preto que só aparecem os olhos quando está dentro da casinha. Sua presença passaria despercebida não fosse seu espirro. Janja hoje é uma gata mansa, mas não era assim quando chegou. E ela foi a última a ganhar doação na caixinha de natal. Eles costumam evitar nomes políticos aos animais. “Imagina se o JHC vem aqui um dia e eu apresento a Janja. Ele vai falar pra colocar o nome de uma gata de Michelle”.

Cenoura é um gato laranja e cego dos dois olhos. Foi encontrado com sarna e os olhos machucados. E não tinha colírio que resolvesse seu problema. Era um dos que mais aprontava até que foi adotado depois de passar dois anos e meio na casa. Brisa é uma gatinha branca de olho azul, que foi encontrada em outubro de 2023, grávida, desnutrida e com um quadro de depressão. Seus filhotes foram adotados, enquanto ela continua na casa e ainda se assusta com pessoas.

Juma da Praça dos Poetas foi abandonada ainda bebê no condomínio Praça dos Poetas. Os seguranças de lá cuidavam até ela engravidar. Então pediram que ela fosse resgatada para não parir os filhotes nas ruínas do prédio. Seu pelo é majoritariamente branco, com manchinhas pretas e marrons. Ela foi adotada em março por um casal de jovens.

Roberval vive do lado de fora, separado dos demais, porque é muito encrenqueiro. Sofia, Laura, Luísa, Luquinha e Luís também ficam separados, dentro do quarto Chernobyl. Os chernobylenses são todos irmãos e vivem segregados porque ainda não tomaram a vacina de uma doença viral. Um voluntário deu o nome pro quarto depois de entrar e ver cocô até no teto e a pergunta “já limparam o Chernobyl” se tornou corriqueira entre os voluntários.



Capitu foi resgatada com um barrigão dois depois do desabamento da Mina 18. Ela morava em uma colônia perto da lagoa Mundaú, nos Flexal de Baixo. Depois vieram Catarina e Dolores, também. Todas dos Flexais, onde há tanto colônia de pescador, quanto de gato. Por lá, os gatos vivem da pesca, aproveitando um outro peixe enquanto os pescadores puxam as redes de volta da lagoa.

No dia a dia, Elisa interage com mais de 70 gatos, só no projeto já teve mais de 100 ao mesmo tempo. De volta para casa, atualmente ela conta com 9 gatinhos. O amor pelos animais é de família. Sua avó paterna tinha 14 cachorros, papagaio, cágado... Na parte materna tinha gato, cabra, de tudo. “Aí, meu filho, se eu não fosse gostar de bicho, tinha alguma coisa errada”.

Mas seu maior amor foi pelos gatos. “Você vê que tem cachorro que vai ter 10 donos. Traidor assim mesmo”. Ela me pergunta se eu já tive gato alguma vez. Digo que sim, quando era criança, mas ela fugiu e nunca mais voltou. “Com certeza ela encontrou uma pessoa muito mais interessante. Gatos são assim. Eles fazem isso”, responde.

Ela também teve seu primeiro gato quando pequena, mas ele morreu de uma forma brutal e sua mãe não quis mais. Até que Elisa fez 20 anos e disse que queria um gato. Não qualquer gato: um gato branco do olho azul. Seu vizinho de baixo escutou e apareceu no dia seguinte com um gato branco de olho azul: Nick, que fez 11 anos. “É o mais velho de casa, é o meu porto seguro, porque toda fase ruim que eu passei na minha vida, esse gato tava lá”.

Mural com fotos e nomes
dos gatos do projeto.

O mais velho de idade é Tesourinha, que tem 13 anos. Ela era do Jardim Acácia, não de Elisa. “Tesourinha seria um bom gato para você entrevistar”. Quando foi resgatado, ele tinha 5 anos de idade. Antes disso, ele tinha 5 casas. Todas no Jardim das Acácias. Na casa de Elisa, chamava-se Tesourinha. Na do Seu Ronaldo, tinha o nome de alguma carne. Em outra casa, era o Fofão. Em cada casa, um nome diferente. “Toda fofoca que você quisesse saber, tenho certeza que Tesourinha ia lhe contar”.

Ele entrava no Supermercado Pilar e ninguém ousava tirá-lo. Ia até a Praça Arnon de Mello, passeava pelas barraquinhas e comia, sentadinho, o camarão do acarajé. Era um gato das ruas, até que foi atropelado e ninguém das suas casas quis cuidar. Ninguém, com exceção de Elisa. “Eu cuidei dele e disse ‘agora você não sai mais’”.

E Elisa é também uma sobrevivente, que teve a vida completamente mudada por conta da Braskem. Mesmo com jornada dupla, tripla, ou quádrupla, como advogada, líder do SOS Pet, meio ambientalista, mãe de pet, ela não deixa de reservar um tempo pra vida pessoal. “No carnaval, é eu pulando carnaval de manhã e de tarde e de noite eu tô aqui, quebrada. E segue a vida, na doideira. É isso desde 2019. Se eu parar minha vida, eu vou endoidar”.

Ela ainda tenta separar um pouco a personalidade dos gatos. No Halloween, pensavam que ela ia fantasiada de gato, mas foi de morcego. No carnaval, foi de Elisa mesmo.

Elisa alimenta os gatos da casa em meio à decoração de carnaval.





Bebe- douro

A origem do bairro remete ao começo da urbanização da cidade. A Estrada do Bebedouro já foi um dos principais caminhos para Maceió vindo do interior do estado, por onde os viajantes paravam para se hidratar nas águas de seu riacho. Daí o nome.

Porém sua história foi ocultada por tapumes. Casarões de diversos estilos, desde o colonial moderno, passando pelo neoclássico, que um dia coloriram o Bebedouro, hoje são apenas ruínas.

Era principalmente em junho e dezembro que as ruas e praças do Bebedouro explicavam para que tinham sido feitas. Nesses períodos aconteciam as tradicionais festas juninas e de natal. A Praça Coronel Lucena, antiga Praça da Matriz de Bebedouro, completava-se com diversos grupos de coco de roda, quadrilha e folgedos natalinos. Além dos tradicionais blocos e organizações carnavalescas. A cultura popular alagoana respirava no Bebedouro, colorindo as ruas dos casarões e das antigas igrejas.

Onde esvoaçavam despojos de serpentina e confete embolados pelo som do coco, resta apenas um bairro abandonado. As ruas mortas e vazias como no dia que sucede o carnaval.



Jackson em frente à casa em que morava com sua família.
Em sua camisa está escrito “Luto por Bebedouro”.



38 N °

1570002A

Muitos anos depois, diante dos escombros de sua casa, Jackson Douglas havia de recordar aquela tarde remota em que seu pai o levou para conhecer a lagoa. O Bebedouro era então uma comunidade de algumas casas de taipa, construídas à margem das águas salobras do Mundaú que se precipitavam sobre as minas de sal-gema, brancas e enormes.

Jackson Douglas é uma espécie de Buendía da terra de Graciliano Ramos. Como na história de García Márquez, sua família perpetuou-se ao longo das gerações em uma pequena comunidade. Mas a Macondo da vez é Ma-ció.

O bairro do Bebedouro era uma grande família para Jackson. Literalmente. Quatro gerações de sua família viveram ali, lado a lado. Eram mais de 50 familiares, entre pais, avós, tios, primos e filhos. A maior distância de um parente para outro era o atravessar de uma rua. Quando teve condição de sair da casa dos pais, arrumou suas coisas, subiu a rua ao lado e se instalou com esposa e filho. Moraram lá por 14 anos. Jackson nunca quis sair do bairro. Até que foi forçado a deixar sua Macondo em 2021, acabando com o ciclo de gerações.

“Eu nasci e me criei aqui”, apontando para uma casa amarela, de número 38, na Travessa Belo Alves, mais conhecida como Rua do Cemitério. Era a casa de seus pais, construída em uma parte do terreno da sua avó materna e dividida entre os filhos da matriarca. Depois, entre os filhos dos filhos. E assim a família foi se multiplicando no mesmo lugar. Ao redor, todos eram parentes. Na rua de cima, primo. Na de baixo, primo também. Seu pai nasceu e se criou na rua de cima, onde hoje só restam destroços.

Assim como Macondo, Maceió carrega a história de uma população arrasada pela exploração das riquezas da terra. Na cidade fictícia de Gabo, uma companhia de bananas se instalou para exportar os frutos, ocasionando um massacre que eliminou a vida de muitas pessoas. Na capital alagoana, foi uma companhia de mineração que desalojou famílias.



Luto por Bebedouro

Macondo e Maceió tornaram-se lugares onde o progresso e o esquecimento andam juntos. Cinquenta anos de mineração causaram a solidão da família de Jackson. Uma de suas irmãs foi para Marechal Deodoro, uma cidade vizinha, e a outra foi para o Eustáquio Gomes, no limite entre Maceió e Rio Largo. Seus pais conseguiram uma casa no mesmo bairro que o dele, em Petrópolis, mas em condomínios diferentes.

Do bairro onde todos se conheciam, hoje moram espalhados em lugares em que não conhecem ninguém. A perda da casa física é apenas uma das dimensões do problema. Houve também a perda do sentido de comunidade.

Hoje, quando recebe notícias sobre antigos vizinhos, são comunicados de falecimento. “Essa vizinha daqui”, conta, indicando a casa da antiga moradora, “morreu de infarto fulminante na mudança. Essa dali, pouco tempo depois, faleceu de câncer. Daquela casa de primeiro andar, finado Nelson, estava todo dia aqui, mesmo depois que saiu. Naquela outra casa, faleceu a Dona Salete, e o Genilson, filho dela, há pouco tempo, de infarto fulminante”. De um em um, o bairro de Bebedouro foi se esvaziando e Jackson observou a partida de cada um dos seus vizinhos. Para algum outro bairro ou para o cemitério.

Até para enterrar os parentes é preciso procurar outro bairro. O Cemitério Santo Antônio, que fez a Travessa Belo Alves ser conhecida como Rua do Cemitério, foi fechado. “O nosso pessoal falecia e enterrava ali na esquina”. Também na morte as famílias foram separadas.

Rachadura em uma das
casas da família de Jackson.



Para Jackson Douglas, o luto assume dois sentidos: o de lidar com a morte de pessoas próximas e o de ação por justiça. “Não só pelos meus parentes, que foi por onde eu comecei, mas por mim também, que fui afetado. E abracei a luta por todo mundo. A comunidade toda tem o direito”. Por onde ele vai para brigar pela causa, veste a camisa “Luto por Bebedouro” que ganhou de outro morador, na primeira manifestação do bairro.

A frase também aparece nas paredes das casas do bairro. Em Cem anos de solidão, o narrador conta a história de uma doença que se espalhou por Macondo, a “peste da insônia”, que tinha como efeito o esquecimento. Para combater a perda da memória, os moradores escreveram lembretes para recordar os objetos e os sentimentos em todas as casas da vila. Em Maceió, os moradores também escreveram lembretes em seus muros.

A própria Braskem também deixou sua marca registrada nos muros dos bairros: números de desocupação. A casa amarela cujo número 38 simbolizava décadas de lembranças para a família de Jackson tornou-se N°1570002A.

Sua luta é pelas cinco casas coloridas que surgem da esquina da Travessa Belo Alves, começando pela amarela número 38.

Jackson mostra a parede da casa de seus pais.

Nascido, criado e expulso

Quando Jackson nasceu, em 1981, as ruas do Bebedouro ainda eram de barro e as casas de taipa. O desenvolvimento ainda não tinha chegado. A infância foi sofrida. Vivía nos quintais dos outros ou no sítio do Hospital do Sanatório atrás de manga e coco para matar a fome. Também comia o sal das crostas que retirava da mina, brincava por lá e jogava futebol no campo ao redor da área de extração.

Mesmo com as adversidades, “era maravilhoso” e não percebiam. “Só fomos perceber depois que a Braskem destruiu, infelizmente”, diz. Se não tivesse sido expulso, seu desejo era ser enterrado lá mesmo, na esquina da casa da família. Fala-se em “expulsão”, pois, para Jackson, o acordo proposto pela empresa é imoral e injusto.

Uma das principais reclamações contra o acordo proposto é que a indenização pressupõe a perda da posse do imóvel. Ou seja, a venda. Além disso, ainda houve demora para o pagamento dos valores. Jackson, por exemplo, só foi receber um ano depois de ter deixado sua casa. “A população não foi indenizada. Digo e repito! Ela foi coagida pela Braskem a aceitar o valor de um crime cometido pela mesma. Se você não aceitar, vão lhe mastigar até você querer aquele dinheiro. E acabou”.

Ele briga pelo direito de manter a posse dos imóveis e, em caso de estabilização do solo, pela possibilidade de retornar ao território original da família. Caso não aconteça enquanto estiver vivo, que fique para seus filhos e netos.

A proposta oferecida para Jackson e seus parentes não foi suficiente para comprar outra casa como gostariam. Para conseguir a casa dos pais, ele teve que desembolsar de seu dinheiro, pois o valor da indenização não bas-

tu. “A Braskem tinha que me dar, no mínimo, da minha casa para frente. E não a metade da casa para trás, que foi o que ela fez”.

Desde o começo dos pagamentos de indenização da Braskem, Maceió passa por uma supervalorização dos imóveis, acumulando a maior alta entre as capitais brasileiras. Nos últimos cinco anos, o preço do metro quadrado residencial subiu 74,6%, segundo o índice FipeZAP. Enquanto o valor oferecido pela empresa é abaixo do esperado e do necessário para os moradores, a solução é tirar do próprio bolso, como Jackson, ou se mudar para áreas periféricas, como fizeram suas irmãs.

“Eu não tive a oportunidade de descer para um bairro nobre, como Jatiúca ou Ponta Verde. Era o mínimo que cada morador aqui deveria ter direito, no mínimo. Nem rico tem uma vista como a gente tem aqui”. Do alto do Bebedouro, os moradores tinham uma visão privilegiada da lagoa, para onde podiam descer, tomar banho e catar sururu.

O bairro não era privilegiado apenas pela vista, mas também pela sua posição estratégica próximo ao centro e à principal avenida de Maceió, a Fernandes Lima. Além de contar com a própria estação de VLT. “Daqui você vai para qualquer lugar. Hoje eu moro numa ilha, meu deslocamento piorou muito”.

No livro de García Márquez, assim que o personagem Aureliano terminasse de ler sua história, estava previsto nos pergaminhos que Macondo, a cidade das miragens, seria arrasada pelo vento e desterrada da memória dos homens. Jackson, o Buendía de Maceió, luta para evitar o mesmo destino e para manter aquilo que ainda resta de seu passado, isto é, de sua identidade. Peleja para que suas estirpes não sejam condenadas a cem anos de solidão e tenham uma segunda oportunidade na terra do sal e do sol.



Crianças brincando no Flexal de Baixo. Ao fundo, está escrito no muro: “#SOS REALOCAÇÃO JÁ”.

Um Maracanã

Nos Flexais, as crianças ainda brincam na rua. No Flexal de Baixo, os meninos jogam bola perto da lagoa. Ao fundo, como um bandeirão de torcida, o grito de protesto pintado em um muro pede pela realocação dos moradores. No Flexal de Cima, a amarelinha riscada no chão se mistura com as frases escritas nos muros das casas dizendo um imperativo não ao projeto de revitalização da região imposta pela Braskem com apoio da prefeitura.

Encravado na beira da Lagoa Mundaú, os Flexais são assim, cerca de três mil pares de olhos em estado de vigília permanente. Divididos em apenas duas ruas: o Flexal de Cima e o de Baixo. Oficialmente, são as ruas Faustino Silveira e Tobias Barreto. Seus caminhos se cruzam em um dos lados por cima do trilho do trem e levam até uma pequena abertura da lagoa. Na outra ponta, suas saídas levam ao Bebedouro, bairro do qual faz parte.

Mas o bairro atualmente está quase completamente esvaziado, não fossem os sobreviventes das comunidades dos Flexais, Quebradas e Marquês de Abrantes. Seus moradores vivem isolados do resto de Maceió. Diferente do resto de Bebedouro, Pinheiro, Mutange, Bom Parto e Farol, essa região não foi considerada no mapa de risco da Defesa Civil e, portanto, não foi incluída no Programa de Compensação Financeira da Braskem. Isto é, não tiveram direito à realocação.

Diversas casas apresentam rachaduras, fissuras e trincas no piso e nas paredes. Até o asfalto da rua está constantemente rachado, apesar de ser constantemente reparado. Uma reportagem de Nayara Felizardo para o The Intercept Brasil mostrou que os moradores da região encomendaram laudos técnicos de inspeção de engenharia que associaram os problemas nas moradias ao afundamento do solo. Contudo, um relatório do Serviço Geológico Brasileiro e das Defesas Cíveis Nacional e Municipal apontou que esses danos não têm relação com o afundamento do solo causado pela mineração de sal-gema.

Mas a nota também reconhece os impactos causados pelo isolamento socioeconômico da população. Ou seja, admite os danos colaterais causados pela extração do minério, como a perda do comércio e a mudança da dinâmica comunitária. Valdemir sente esse impacto no seu dia a dia. Por 32 anos no Flexal de Baixo, ele subiu as ruas do Bebedouro com seu carrinho de churros. Onde mais vendia era perto das escolas, praças e igrejas. Mas seus clientes foram embora.



Valdemir na beira da lagoa.

Mina 18

Em 10 de dezembro de 2023, a mina 18 da Braskem desabou dentro da Lagoa Mundaú. Seu drama gerou repercussão nacional. O afundamento começou em 29 de dezembro, uma quarta-feira, e foi ganhando velocidade até culminar no rompimento. Foram dias de tensão para os moradores, que acompanhavam apreensivos o desenvolvimento da mina localizada a cerca de dois quilômetros dos Flexais. Seu José, um pescador da comunidade, conta que ia com frequência à região da mina pois tinha muito sururu no mangue de lá.

A comunidade foi pega de surpresa pela Defesa Civil. José Claudio, o Seu Duda, lembra que as equipes chegaram às 23h tocando o terror. “Foi o maior labafêro”. Para Valdemir, foi um dos piores dias de sua vida. “Até polícia queriam botar pra tirar a gente daqui”. Foi o dia que o prefeito JHC decretou estado de emergência.

Com base na Constituição, o decreto permitiu que as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, em caso de risco iminente, como este, adentrassem em imóveis residenciais e comerciais para atendimento imediato ou para determinar a pronta evacuação.

No meio da noite e em clima de tensão, a comunidade foi levada para abrigos improvisados em escolas públicas. Antônio Domingos dos Santos, o Sassá, um dos líderes comunitários, viu uma desigualdade no tratamento com a população dos Flexais. Enquanto os moradores do Pinheiro, um bairro de classe média, tiveram direito a ficar em hotel, eles foram enfiados em colégios. Na visão de Maurício Sarmento, coordenador do Movimento Unificados das Vítimas da Braskem (MUVB), essa diferença evidencia o racismo ambiental, por ser em uma área periférica de população mais pobre.

Aline, moradora do Flexal de Cima, não conseguia dormir nessa época. Mas não era só a Defesa Civil que a aterrorizava, a mídia também teve papel nisso. Pela primeira vez desde o começo do afundamento dos bairros, o caso ganhou repercussão nacional. Para isso, foi preciso dizer que a Mina 18 poderia abrir uma cratera do tamanho do Maracanã. Faltava uma referência nacional para que Maceió enfim saísse do noticiário regional. Informação que foi desmentida pela Defesa Civil.

Pouco mais de 3 mil pessoas vivem nos Flexais. Como dormiriam então Aline, Seu Duda e Valdemir imaginando que próximo deles poderia surgir um buraco equivalente a um estádio com capacidade para 80 mil pessoas. Ao todo, 60 mil pessoas foram impactadas pelo afundamento dos bairros. Ou $\frac{3}{4}$ de um Maracanã.

Desde o rompimento da mina, Seu Duda mal consegue dormir à noite. Tem medo que aconteça algo enquanto dorme, pois não tem plano de evacuação para a área. “Se correr para um lado, tá no abismo. Se correr pra cima, tá na barreira. Se correr pra baixo, tá na lagoa”.

“Na noite que a Mina 18 desabou, teve gente que fugiu só com a roupa do corpo e quando voltou, a casa tinha sido saqueada. Quem vai pagar por isso? A Braskem ou a prefeitura? Um jogou pro outro, e no fim ninguém pagou. Se ficar o bicho come e se correr o bicho pega”, desabafa Aline.

Maurício, que também faz parte do Conselho Nacional de Saúde, conta que no dia do rompimento estava indo para Brasília. Assim que desceu do avião, recebeu uma ligação de sua esposa. Ela lhe contou do colapso da mina e que a Defesa Civil havia emitido um Alerta Geral. Maurício teve uma crise de ansiedade. Ele só conseguiu voltar no dia seguinte para estar próximo à sua família. “Ninguém sabia o que podia acontecer. Se seria só um crack ou uma bomba atômica”. No mesmo dia em que voltou, sua família saiu dos Flexias. Na semana seguinte, mudaram-se definitivamente. Para longe de onde Maurício nasceu e se criou.



Revitalizar ou realocar, eis a questão

Valdemir costuma dizer que mataram o corpo e agora querem ressuscitar os braços. “Tiraram o pessoal do Bebedouro todinho e agora querem revitalizar dois pedaços de rua”. É assim que ele define o projeto da Braskem e da Prefeitura para os Flexais. Como a empresa não precisa realocar os moradores, a solução encontrada então foi revitalizar. Decisão rejeitada por 74% da comunidade — 6% não tem opinião formada e 20% apoia a revitalização—, segundo laudo antropológico encomendado pelo Ministério Público Federal de Alagoas.

Apesar disso, foi criado o Projeto Integração Urbana e Desenvolvimento dos Flexais, um esforço para reverter o ilhamento socioeconômico com iniciativas de acesso a serviços públicos e incentivos à economia local. Isso com o objetivo de “preservar os vínculos entre as pessoas, o espaço e a cultura local”. Mas o projeto não trará os clientes de Valdemir de volta. “Aqui ninguém compra uma casa. Ninguém vende mais. É um lugar insalubre. Morto”.

Para o líder comunitário Antônio Domingos dos Santos, o Sassá, é uma ditadura. Os moradores não têm a liberdade de escolher onde querem viver e prosperar. “Aqui não tem mais vida pra ninguém”. Ele morou nos Flexais por 40 anos e saiu por conta própria. Ainda mantém a casa no bairro porque não consegue vender. Está sempre pelo bairro para matar a saudade e apoiar a comunidade na luta por seus direitos.

Para Sassá, a sede do projeto no Flexal de Baixo é como um posto de vigilância da Braskem e da prefeitura. O “Espaço Flexal” conta com serviços das secretarias municipais, da OAB Alagoas e atendimento psicossocial

oferecido pela empresa como parte do acordo. Dentro dele, também há uma maquete de como deve ficar a região após a revitalização. Valdemir e Sassá brincam que vão transformar as casas da comunidade em caixinhas de fósforo, por causa do formato e aparência das miniaturas.

Pão só até as 8h

Aline mora no Flexal de Cima com o marido, que tem 40 anos de vida e 40 anos no Flexal de Cima. Porém, ela conta que não tem mais condições de continuar morando lá. Sua casa está rachada e o laudo técnico apontou que não há condições de habitabilidade. Muitas casas da comunidade se encontram nessa situação, principalmente as moradias na encosta. Seu desejo é a realocação. “Esse povo que quer ficar é alienado. Aham que não tem vida fora do Bebedouro”.

Dentre as várias queixas de Aline, destaca-se a falta de pão francês depois das 8h da manhã. “Meu esposo teve que subir as Quebradas pra ir comprar na Chã de Bebedouro. Tem que ter as canelas boas. Antigamente, tinha padaria aberta até 11h da manhã. Eles até baixavam o preço do pão pra não ficar velho”. Seu Duda reclama do mesmo problema. “A gente tinha 4 padarias aqui no bairro. Hoje só tem uma. A gente não pode mais nem escolher o pão pra comprar. Só de tirar isso já é um crime”.

Porém, o problema não é só o pão. Valdemir também se queixa do preço das carnes. “Em outros lugares, o quilo de bisteca de porco custa R\$13,90. Aqui dentro, as mercearias estão vendendo por R\$25. Por isso tem comerciantes daqui que querem a revitalização”. Mas o problema também não é só dos consumidores. Seu Duda tem um comércio e diz não ter demanda o suficiente. Os produtos estragam nas prateleiras com frequência.



Valdemir não acredita nas promessas do projeto e convida o prefeito JHC para se mudar com a família para lá e sentir na pele o que a comunidade vive. “Somos vítimas não só da Braskem, mas também dos poderes que imperam hoje em Maceió. É a raposa tomando conta do próprio galinheiro. E nós somos os pintinhos”. Sua vontade é sair dos Flexais, ou ao menos ter essa possibilidade. Porém sua liberdade depende da indenização para realocação.

A Braskem indenizou a comunidade no valor de R\$25 mil reais para cada família, independente de sua realidade, com possível adicional caso comprove atividade na casa onde mora. “Pra onde eu vou com esse dinheiro?”, questiona Valdemir. Seu Duda diz que tirará de seu próprio bolso caso não haja uma iniciativa de realocação da Braskem e dos poderes públicos.

Os moradores entraram com uma ação civil pública junto à Defensoria Pública para pedir indenização por danos morais, patrimoniais e extrapatrimoniais de R\$100 mil por pessoa. O acordo proposto pela Braskem era de R\$40 mil por família. “Estamos esperando que a mesma justiça que fez aquele acordo lá atrás, que provocou esse ato criminoso contra a gente, revise o acordo e nos dê justiça. Em vez de dar punição, ela defende a Braskem, a criminosa, e nós, as vítimas, somos punidos no lugar dela”, protesta Valdemir.

A questão virou alvo de disputa dos dois principais grupos políticos de Alagoas no momento: a ala ligada ao prefeito JHC, que é criticada por ter aceito o acordo, e a ala do governo estadual, que tenta aproveitar a situação e ganhar mais espaço na capital. Em dezembro de 2023, o governador Paulo Dantas chegou a prometer a realocação dos moradores dos Flexais e das outras áreas que não foram contempladas pelo acordo.

Ônibus do Projeto Flexal atende
os moradores da região

Nem todos

Representando os 20% dos moradores que apoiam a revitalização, Selva e Naldo não querem abandonar a lagoa. Eles são pescadores. Filhos de pescadores. Selva pergunta do meu trabalho e pede que eu mostre a beleza dos Flexais e a realidade de que nem todos querem sair. “Com todo respeito à opinião de cada um, mas pra mim não tá ruim não. Quero sair de um paraíso desse nunca”. Ele questiona para onde iria se saísse dali. Naldo responde: para o Biu. Apelido de Benedito Bentes, o maior e mais populoso bairro de Maceió. Fica do outro lado da cidade, na periferia, onde não tem peixe, nem lagoa.

Assim contam na beira da Mundaú, enquanto retiram os peixes da rede. Selva mostra o mororó, uma espécie de agulhinha de lagoa, também conhecido como cipó de padre.. Um peixe esguio e o mais saboroso na sua opinião. Sobre a maioria que quer a realocação, sua opinião é que só estão pensando no dinheiro. “Não veem o valor real. É uma riqueza ilusória”. Sua fortuna é a lagoa. Ele tem 40 anos e sempre viveu no Flexal de Baixo. Cresceu na terra mas estava sempre na água. “Matusalém viveu 300 e poucos anos, né? Se eu tivesse metade da vida dele, eu ia morar aqui. A vida toda”.

Ele vê com bons olhos o projeto de revitalização mas faz ressalvas. “Todo recurso que vier para o bem comum é bem vindo. Enquanto a gente viver aqui, tem que viver como gente. Tem que ter lazer e infraestrutura. Viver com dignidade. Eu não abro mão da dignidade. Mas tem que vir mesmo, não é pra ficar só no papel não. Até agora não chegou nada. Só o papo”.

Selva faz uma pausa para beber cerveja apoiado no barco. Cantarola ao passo que prepara o tabaco na seda com uma peixeira. Seu escritório é a lagoa. Seu quintal, também. “É gostoso morar aqui”, diz Naldo.

No meio do processo de despescar, aparece outro morador. Bêbado. Chama os dois para o bar. “Vamos ali que a Braskem tá achando que tamo é liso.”

Sassá faz questão de ressaltar que nunca pôs os pés na lagoa para pegar um peixe, nem para catar sururu, mas diz que a lagoa e os pescadores também foram impactados, ainda que prefiram continuar ali. “Esse peixe que tão tirando, o mororó, só dá de ano em ano. E quando dá. É um peixe da lama, se dá uma poluição forte, ele morre. Sururu você não vê mais. Não tem mais tainha, curimã, carapeba. Os peixes foram embora daqui. É raro você jogar uma rede lá e trazer uns cinco a dez quilos de peixe”.

Fabício, um pescador mais jovem da comunidade, conta que antes enchia até 40 baldes de peixe. Enchiam barcas inteiras. Hoje, mal conseguem preencher dois baldes. Ele lembra que 20 anos atrás a fartura era grande, mas foi diminuindo com o tempo, piorando nos últimos 3 anos. Fabício não chegou a pegar o auge da fartura. Sua memória vem do que ouviu de outros pescadores mais experientes. “Podia ser só história de pescador”, brinca.

Em janeiro de 2024, cerca de um mês após o rompimento da mina, milhares de peixes foram encontrados mortos na beira da Mundaú. Sassá associa o problema da lagoa à Braskem, assim como muitos da comunidade. Porém, não há estudos que comprovem essa relação. Pesquisadores do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) afirmaram que a mortandade dos peixes não tinha relação com a mina.

Mas os moradores não confiam nos resultados por causa do financiamento da Braskem à pesquisa e monitoramento realizado pela UFAL. Os pesquisadores chegaram a realizar uma coletiva de imprensa para reiterar a independência científica e que a empresa não interfere nas pesquisas, apesar do patrocínio.



Naldo e Selva tirando os peixes da rede.



A Lagoa

A lagoa é lugar da “gente-sururu”, que traz nos olhos as imagens de todas as águas. Isso porque a lagoa, na verdade, é laguna. A diferença consiste em uma característica essencial da Mundaú: sua saída para o mar. Essa troca de águas, do rio e do mar, doce e salgada, criou um ecossistema único de água salobra. No caminho para o mar, a Mundaú se junta com a Manguaba, também laguna, formando um estuário que deságua no oceano.

Além da importância ambiental, as duas lagunas deram nome ao estado. Eram conhecidas como Alagoa do Norte e Alagoa do Sul, respectivamente, formando as Alagoas.



Morte e Vida Sururu

Ao redor do sururu, os povoados se amontoaram e se enrederam formando os bairros Ponta Grossa, Levada, Pontal da Barra, Rio Novo e Bebedouro. “Todos filhos das águas.” Assim descreve o poeta Edson Bezerra, autor do Manifesto Sururu e um dos criadores do projeto que tornou o molusco patrimônio imaterial das Alagoas. Ou Sururulândia, como chamou. O sururu catado nos mangues à beira da lagoa, espaços embrenhados onde se cantava coco e se recriava o mundo. O mundo alagoano.

Da fusão de águas doces e salgadas, a Mundaú se tornou o ambiente ideal para o desenvolvimento do sururu. Sua salinidade equilibrada é essencial para a vida do molusco, que serve de alimento e caloria para a população das Alagoas. O fruto da lagoa é protagonista de diversos pratos típicos da gastronomia alagoana. Sururu de capote, fritada de sururu, caldinho de sururu, sururu no coco. “O sururu é vida”, proclama o manifesto da terra do proclamador da República.

Com o rompimento da mina 18 dentro da lagoa, esse equilíbrio é ameaçado. Ao desabar, as águas da Mundaú invadiram o buraco que se formou, tendo contato com o sal do subsolo. Essa interação pode levar a um aumento da

salinidade do ambiente e alterar o equilíbrio do ecossistema já prejudicado pela poluição, colocando em risco a própria existência do sururu. A bióloga Nídia Fabrê, professora da Ufal, alertou para a possibilidade de extinção do molusco na lagoa caso haja um aumento prolongado da salinização de suas águas.

Há algum tempo o sururu vem diminuindo na Mundaú. Chegou a desaparecer em 2022. E só voltou a aparecer em 2023. Foram quase dez meses de sumiço. A causa foi a mudança da salinidade da água. No caso, a redução do índice. Essa alteração foi provocada pela grande quantidade de chuvas de maio a junho daquele ano. Além de fatores ligados à poluição.

Mas essa não é sua única ameaça. Outro molusco tem disputado seu habitat natural. Foi batizado pelos locais de “sururu branco”. Apesar da aparência similar, trata-se na verdade de uma espécie invasora, que veio da América Central por meio de navios. É o que aponta um relatório divulgado pelo MPF-AL. A mesma conexão da lagoa com o mar e permite o equilíbrio da salinidade, permitiu também a entrada do falso sururu. Porém, muitos pescadores acreditam que é um sururu doente. Doença que seria causada pela Braskem e o deixa esbranquiçado. Diferente do “sururu saudável” e sua cor amarelada característica.

Silvia, uma marisqueira da comunidade dos Flexais, conta que teve sorte de conseguir um balde inteiro de sururu. Coisa rara atualmente. Ela catou na beira, mas geralmente precisa ir muito longe para achar o molusco. É necessário ir de barco com os pescadores até o outro lado da lagoa. Além da escassez, quando acha, a maioria é do “sururu branco”, que não presta para cozinhar. “Vira farinha.”

Silvia separa o sururu normal do “branco”





Luzia mostra o sururu branco e pequeno, como grão de arroz.

Que nem grão de arroz

Dona Luzia e Seu Damião se estabeleceram na beira da Mundaú em 1988. Ela é marisqueira. Ele, pescador. Vivem do sururu e do peixe. Assim criaram 12 filhos. A mais velha tá com 32 anos. E se tornaram avós de 15 netos. Luzia conta com orgulho que estão “todos criados” com o fruto da lagoa, que já foi farta. Ela tirava até 50 quilos de sururu por dia. Mas o cenário mudou. Atualmente, tira de dois a três quilos. O marisco não está crescendo. “Só tem filhote. Tá tudo pequenininho que nem grão de arroz”.

Costumava ser fácil de catar o sururu. Tirava da beira da lagoa mesmo. Hoje é preciso atravessar a lagoa para achar o pouco que tem. Luzia desabafa: “Deus me perdoe, mas não vou. Não tá rendendo. Depois que a Braskem mexeu aqui, acabou”. Para ela, não há lugar melhor para se morar do que na lagoa. Mas tiraram sua riqueza. Desde então, Luzia pede pela realocação. “Acabou minha alegria. Quero mais não.”

Se a vida já estava difícil, ficou pior com o rompimento da mina 18. “Chegaram falando pra todo mundo ir embora que a lagoa ia afundar. Fiquei me tremendo.” Saiu correndo às pressas com a filha e ficaram no abrigo improvisado da Defesa Civil. Receberam um travesseiro e dois lençóis. Foram cinco dias em um colégio que virou refúgio. Até que decidiram voltar para os Flexais. Mas a incerteza do risco não a permitia dormir tranquila.

Não bastasse o estresse de abandonar a casa em meio a uma possível catástrofe, Luzia e Damião ainda se viram impedidos de buscar seu sustento. Com o decreto de emergência, a Capitania dos Portos de Alagoas proibiu o tráfego em parte da lagoa. A Marinha chegou a parar Damião e pedir seus documentos de pescador. Seu barco foi rebocado de volta até a margem.

A restrição começou em novembro de 2023 e continuou até fevereiro de 2024. Como compensação, a Braskem pagou uma indenização equivalente a três salários mínimos. Pagos em parcela única. Salário de três meses de trabalho por três meses não trabalhados. Nada mais.

Luzia joga na loteria todo mês, contando com a sorte divina. “Se eu ganhar, vou viajar o mundo. Ninguém vai me achar.” Uma semana antes, ganhou 200 reais. Na semana anterior, foram 50. “A coisa tá melhorando. Deus é bom, um dia eu ganho.” Na época, ela ainda não havia recebido o pagamento da indenização. A única fonte de renda eram os 600 reais do bolsa família. De vez em quando, vende um porco ou uma galinha para complementar.

A situação começou a afetar intensamente sua saúde mental. Com frequência Luzia pensa em suicídio. “A gente já teve felicidade. Desde que começou esse negócio da Braskem, eu só vivo doente. Tem hora que dá uma doideira em mim, que me dá vontade de entrar no meio do mundo e sumir.” Sua saúde física também sofreu nesse período. Ela reclama da falta de posto de saúde. Teve um infarto no começo do ano. A ambulância levou seis horas para chegar. “Se passar mal, fica esperando para morrer.”

A construção da nova Unidade Básica de Saúde (UBS) dos Flexais começou em maio de 2024. Segundo a Braskem, a previsão é que o posto seja entregue no mesmo ano.

Luzia quer sair. Só não foi, porque ainda não tem um canto para ir. Nem dinheiro. “Enquanto não me derem o que devem, eu não saio daqui.” Sua vida foi limitada a uma condição de vulnerabilidade socioeconômica. Perdeu seu sustento, sua alegria e sua riqueza. Sem poder sair de onde vive. Como se estivesse presa em uma concha. No fundo da lama. À espera para ser cozinhada. Vida de sururu.

Pedra com o sururu esbranquiçado
entre as pernas de Luzia.





Nem para o cigarro

Damião pescava no meio da mina 18. Uma noite, sonhou que via ela colapsando. O buraco comia as beiradas da lagoa. Comia, comia, comia. Viu sua casa ser engolida. Damião queria correr, mas não tinha para onde. Levantou aperreado. “Maceió acabou. Você vê a hora de deitar e não acordar.” Às vezes ele avisa Luzia: “se eu não voltar, já sabe o que foi”.

Damião é um homem miúdo de mãos grossas e firmes. Conquistadas na lida da pesca na lagoa desde 1997. Viu o período de fartura e a época das vacas magras. Ou peixes magros. Mas nada como vê atualmente. Mesmo colocando 30 redes de 100 metros e deixando passar a noite na água, ao tirar dá cerca de um a dois quilos. “Vai vender esse peixe pra se manter? Não sobre nem para o cigarro.” Até os pássaros estão fugindo, conta. “As garças vêm pra cima da gente tentar pegar o peixe porque estão com fome”. Ele culpa a Braskem que teria liberado resíduos do minério e contaminado as águas. Assim os peixes foram morrendo.

Sua memória é a lembrança do que já foi e não volta mais. Ele compara com o acontecimento de morrer e a família lembrar da pessoa pelo seu jeito, seu modo, sua casa. Aquilo que a fez feliz até o fim da vida. A última coisa que morre é a esperança. Para Damião, ela morreu. “O pobre já é sofrido. Eles ainda fazem sofrer de novo. Matando quem já está morto.” Ele não culpa a pobreza, nem Deus. Mas sim os homens, que destruíram a obra do criador.

Seu Damião prepara o barco para pescar.

Ele não acredita na revitalização. Sua expressão é de resignação. “Estamos morrendo de um em um. Acabou. Nós estamos como um paieiro na brasa de fogo. Tá tudo queimando e se acabando. Vamos morrer na miséria. É isso que eles querem.” Damião planeja sair do estado. Pensar em ir para o Amapá. Está apenas esperando conseguir vender seu cavalo e receber a indenização da Braskem. Não vai sem seu dinheiro. Seu direito.

Maceió não tem mais lugar para ele e sua família. “Nós estamos sem valor aqui. O valor da gente tá que nem um cachorro rabugento na sarjeta com uma pedra no pé e o pinto beliscando.”

Pensar em ir para o Amapá. Ou qualquer lugar que o receba bem. Onde possa sair no seu barco para jogar sua rede. Está apenas esperando conseguir vender seu cavalo e receber a indenização da Braskem. Não vai sem seu dinheiro. Seu direito. Em busca da liberdade de escolher um cantinho para se esconder.

Seu Damião arrumando a rede para a pesca.



Filho de peixe, peixinho é

Seu José Sebastião se mudou para Maceió aos 18 anos. Natural de Pilar, cresceu pescando em outra lagoa, a Manguaba. Ou Alagoa do Sul. Mas a cidade era muito parada para seu gosto. Achava a capital melhor. Ocasionalmente ia pescar na Mundaú. Onde as redes enchiam de tanto peixe. Também foi onde conheceu Maria José. “Ele veio só pra casar comigo”. Sebastião conta como um apaixonado de uma letra de Djavan. Em Pilar ou em Maceió, em um lugar que podia ser feio ou bonito, se estivessem juntos, haveria um céu azul.

Assim se tornaram marido e mulher. Pescador e marisqueira. Pais e avós. Construíram a vida dentro e ao redor da lagoa. Dela tiravam o sustento e nela fizeram seus filhos. Literalmente. Com frequência, Sebastião pescava à noite. Chamava Maria José para acompanhar. Ele dizia, “ó como a lua tá bonita”. E ela ia, sabendo que estava caindo no conto do pescador.

Depois de colocar as redes na água, era hora de “dormir” e esperar o dia amanhecer para puxá-las. “No barco tem uma tábua que a gente se deita, aí fica um coladinho no outro. Não dava outra não. Vamos curtir né”, conta a marisqueira.

Assim que o dia amanhecia, no mar alto da paixão, puxavam as redes cheias de peixes e voltavam para a terra. Dessas noites de pesca sob a lua, saíram 4 mulheres e 5 homens. Concebidos dentro da lagoa. Tal qual os peixes. Vivem há 58 anos ao lado da lagoa, no Flexal de Cima, onde criaram seu cardume. Casados há 49 anos, lembra Seu José.

Enquanto Maria José conta as histórias de amor lagunares, Seu José vai dentro de casa buscar seu registro de pescador. Mostra com orgulho a carteira de 1981. Sebastião é de 1947 e sempre trabalhou na pesca, desde jovem, mas só teve seu primeiro registro trabalhista em 74. Lamenta ter perdido a recordação física. Hoje já está aposentado. Diz que o pescador tem que se aposentar mais cedo. “Isso é um serviço arriscado. Eu já peguei tempestade da mulher mandar os outros ir atrás de mim. Achava que eu tava morto. Tempestade tem que suportar na tora. E eu suportava.”

Pescava de rede e também na mão. No inverno, usava mais a mão. Mergulhava, pegava os peixes e jogava na canoa. Conseguia tirar de 25 a 30 quilos de bagre. Quando era assim, saía de manhã. Mas quando usava a rede, saía pela noite e dormia na lagoa. Ao chegar de manhã, não levava o pão, e sim o peixe. Maria então vendia na feira dos Flexais. Às vezes, ele já saía em seguida para pescar mais. Ia atrás de mororó, o cipó de padre. Ou ainda, boca de ouro.

A pesca na lagoa sempre teve seus períodos de maré ruim. Mas, para Seu José, nunca esteve tão ruim. “Dava muito dinheiro aqui antigamente. Eu mesmo pegava 6 barcadas ali na beirada. Nesse tempo, pescava eu e o finado Mané. Enchia a casa de peixe. Aí vinha Seu Zé de Palmares, de Pernambuco, e levava tudinho. Hoje em dia, quando o cara pega dois bagre, já acha bom demais.”

Quando a pesca “arruinava”, Seu José ia trabalhar em terra. “Eu era que nem burro para trabalhar”. Ocupou-se como vigilante no Cepa, um complexo de escolas estaduais de Alagoas, que está na área de mapeamento de risco. Se o temporal na lagoa era um perigo, na terra era pior. “Levei um tiro que quase morro”, conta rindo, “aí eu disse ‘vou trabalhar mais não, vou me aposentar como vigilante e como pescador’”. A bala arrancou o botão de sua camisa e perfurou seu peito esquerdo. Ainda rindo, mostra a cicatriz. “Foram três caras, e um já tinha sido meu companheiro de serviço. Outro era policial.”

Carteira de pescador do Seu José



Uma animação para os velhos

Trabalhar na lagoa também não era fácil para Maria. “A minha pele tá toda desgraçada, tirando sururu, colhendo a rede, no sol”, relata enquanto mostra as marcas e rugas nos braços. As linhas de vida cicatrizadas pelo rio de água que dia a dia escavava uma erosão em sua pele. “Era muita luta. Era pra eu ser rica. Mas eu sou rica mesmo”, diz com orgulho dos filhos que criou. Apesar dos problemas, gostava de catar sururu e pescar junto ao marido. Principalmente quando era de noite.

Depois de tanto suor, agora quer aproveitar a vida de aposentada. Acha que o projeto de revitalização pode ser bom se “botar um negócio para os velhos. Um joguinho de dominó ou uma dancinha. Alguma coisa que animasse a gente, porque infelizmente tá muito triste”. Sua principal reclamação é a falta de lazer. Como aproveitar a aposentadoria se não tem o que fazer no bairro. Não tem mais forró, coco de roda, samba. Nem tambor de Xangô batendo. “A Braskem matou a gente. Acabou tudo aqui.”

Sua animação é o carnaval, que espera ansiosamente todos os anos. Preparou a fantasia para brincar no arrasta-pé no bairro do Jaraguá. Seu José não quis acompanhar. Preferir para a praia ou para o interior. Conta que a festa era grande nos Flexais e no Bebedouro como um todo. O bloco passava bem na rua de sua casa. Se fosse por lá, ele ia.

Da calma das ruas sem carnaval dos Flexais, José Sebastião e Maria José assistem com lugar privilegiado ao espetáculo do sol caindo por detrás da lagoa, espalhando seu reflexo alaranjado sobre as águas barrosas e turvas da Mundaú. A lua prateada assume seu lugar e os pescadores deixam seus amores em busca do peixe de cada dia.

José Sebastião e Maria José na frente da casa no Flexal de Cima.



Farol

A map of the city of Maceió, Alagoas, Brazil, showing its various neighborhoods. The Farol neighborhood is highlighted in a solid red color, while the rest of the city is shown in a light gray outline. The map is set against a solid black background.

O Farol foi o último bairro a ser incluído no mapa da área de risco da Defesa Civil. A origem do seu nome tem relação com um antigo farol que foi instalado no Planalto da Jacutinga, sua primeira denominação. Foi se tornando uma das regiões favoritas das classes altas da de Maceió, que até então moravam em Bebedouro, devido à proximidade com o centro da cidade. Suas ruas são calmas, com exceção da Avenida Fernandes Lima, principal via de tráfego de Maceió.



Um delírio de carnaval na Maceió da Braskem

É quase sempre verão em Maceió. Mas fevereiro é um mês particularmente quente. É tempo de carnaval, quando o sol tropical cobre a cidade de uma luz amarela intensa, colorindo o mar de tons de azul e verde vívidos. É quando começam as prévias carnavalescas pela cidade. E o bairro do Farol não fica de fora da brincadeira. Não há vizinhos para reclamar do som alto, que ressoa pelas casas e prédios vazios.

É 1 de fevereiro e o Bloco Maluco Beleza anima um Farol fantasma com fantasias, serpentinas e a alegria dos foliões. Em sua 33ª edição, os funcionários e pacientes do Hospital Portugal Ramalho caíram no frevo ao som da Banda Ronda no Bairro. A orquestra de policiais entouou marchinhas e clássicos do carnaval. Único hospital psiquiátrico público do estado, a instituição está na área do mapa de monitoramento da Defesa Civil devido à mineração da Braskem.

Sua estrutura está na área de criticidade 01, a segunda de maior risco. Na sua rua, ainda há uma unidade do Samu e um batalhão da Polícia Militar. Ao redor, o cenário é de bairro fantasma. Com o isolamento e o risco de afundamento, o tradicional bloco carnavalesco desfilou em frente ao hospital com o tema “Do Casulo à Borboleta: uma nova história”. Uma referência ao desejo dos funcionários e pacientes pela realocação da instituição para outro lugar. Mas um enfermeiro que observa a festa de longe comenta sua desilusão sobre a mudança: “oxe, vai nada”.

Discutida desde 2021, a transferência do hospital parece longe de se concretizar. Em abril de 2024, o Ministério Público Federal exigiu que a Braskem tome as medidas necessárias para construção de um novo complexo de saúde para continuar suas atividades. Ao que a empresa responde ainda estar buscando formas para viabilizar a realocação definitiva do hospital. Enquanto isso, a saúde mental dos próprios funcionários foi afetada. Reportagem do UOL mostrou que houve caso de crise de pânico e denúncia ao Ministério Público do Trabalho.


Nas edições anteriores, os pacientes e funcionários do hospital psiquiátrico percorriam as ruas vizinhas com seus estandartes: “O Bloco Maluco Beleza pede passagem” e “Desculpem-nos os transtornos”. Mas a situação atual do bairro fez com que o bloco ficasse restrito a um pequeno perímetro quadrado em frente ao Portugal Ramalho. O que não foi um problema para os foliões com suas máscaras de baile de carnaval e fantasias exuberantes.

José Roberto da Conceição é um dos mais animados da festa. No cai e não cai do frevo, ele anuncia “vamos fazer o chão tremer!” Dança com os outros foliões, brinca com o Bumba Meu Boi e me pede para tirar algumas fotos. Sua energia e sua fantasia irradiam como a luz do sol. Porém, não esquece de criticar a Braskem. “Destruíram os sonhos e a vida das pessoas. Agora querem dar mixaria. Você passa a vida inteira aqui, enterra seus parentes aqui, para ter que largar tudo e ganhar 30 mil.” Carnaval é tempo de alegria, folia e luta.

Zé Roberto brincando no Bloco Maluco Beleza.

Apesar de ser cortado pela Avenida Fernandes Lima, a principal e mais movimentada da cidade, o Farol é coberto por silêncio no resto do ano. Como uma eterna quarta-feira de cinzas. Desde que entrou para o mapa da área de risco, o bairro foi preenchido por um vazio. Não se vê muitas pessoas pelas ruas. Nem se ouvem ruídos. Rodeado por Pinheiro, Mutange e Bom Parto, sua vizinhança foi embora. Seus moradores também. A vida e o movimento se esvaíram e o bairro suspira enquanto o carnaval não chega.





Marluce em frente à casa 203 da Rua
Albuquerque Lins, no bairro do Farol.

Faixa de Gaza

Marluce Silva nasceu no dia 27 de dezembro de 1956 na Rua Albuquerque Lins. Na casa número 203. Nasceu no mesmo quarto em que dorme até hoje. A única diferença é que não tem mais a parteira na qual veio à luz. Foi lá que criou seus 4 filhos. Criou também Seu Sebastião e Dona Menininha, seus pais. “A gente tem que criar eles também”. 67 anos na mesma casa. Na mesma rua. No mesmo bairro. Onde ainda vive com seus irmãos. Os poucos sobreviventes da Albuquerque Lins.

A família de Sebastião era conhecida por todos. Até porque todos do bairro se conheciam. “Aqui era pessoal antigo, herdeiros. Passou de pai para filho. De filho para neto. Continuaram o legado aqui”, conta Marluce. Ainda era tudo mato. A vizinhança, composta por sítios, perdeu lugar para os prédios. A dita evolução. E o asfalto tomou o lugar do barro. Marluce lembra da infância brincando e andando de bicicleta. “Era bom demais, melava as pernas na lama. A gente sempre ia pro mangue. Era só descer aqui e já dava na beira da lagoa.”

O dia vai caindo e Marluce vai para a frente da casa esperar pela bicicleta do rapaz do pão que passa na sua casa ao final das tardes. Apesar do vazio da rua, ela se sente segura, vigiada por uma câmera de monitoramento da Braskem. “Quem é que vai vir roubar aqui? Pode até entrar na minha casa, mas não vai sair não. Aqui é cheio de câmeras, tem uma bem na minha cabeça.” A rua também conta com seguranças que fazem ronda de moto e um grupo que fica de vigília em um prédio abandonado na rua em frente.

Ela brinca que não tem mais vizinhos para fazer fofoca. “O bom vizinho é aquele que sabe mais da sua vida do que você mesmo.” Como os vizinhos eram antigos, todos sabiam dos outros. Com a mudança, terá de recomençar do zero em outro lugar. Nova casa, nova rua, novos vizinhos. Mas continuará morando com os irmãos.

Após três anos de negociações, sua família está perto de fechar o acordo. Conseguiram chegar a um valor aceitável. “Mas se fosse mais era bom”. Até poderia tentar lutar por mais na justiça, porém levaria anos. “A gente morre, toda família morre e não resolve nada. Você sabe como a justiça é. Ganha advogado, a empresa, as autoridades que dão a ordem e fica por isso mesmo. A gente não tem autoridade aqui. Quem sai perdendo são os pequenos, é a gente.”

Sua vontade era de continuar na casa em que nasceu e cresceu. Um lugar legal, é perto de tudo, com espaço bom e casa bem ventilada. Conta que não teve nem abalo por conta do afundamento, e o desgaste da casa é apenas por falta de reforma. Vai consertar para que? Somente para ter de se mudar no fim. “Só ia sair daqui quando morresse. Mas não é como a gente quer, é como os homens querem. É desgosto, mas fazer o que?”

Dona de olhos claros penetrantes e um bom humor indissociável, Marluce compara o bairro com outros lugares pelo mundo. Como o deserto do Saara: vazio e sem vida. O Farol no meio do despovoado de sombras. Ou ainda, Faixa de Gaza, pois só restam escombros e as pessoas se escondem enquanto esperam um novo lugar para viver.

“Não sei quem foi que vendeu Maceió. Mas aí chegou a minha amiga Braskem e destruiu tudo. Aí tenho que entregar a casa. A Braskem matou muita gente. Gente que já tinha problemas de saúde e piorou com essa situação. Tem que ter cabeça, porque muita gente aqui infartou, teve aneurisma, depressão... Preocupados com essa situação. Eu não! Ninguém vai me matar não.”

Marluce foi entrevistada no começo de fevereiro, quando ainda morava na casa 203. No mesmo mês, ela e seus irmãos deixaram a casa em que nasceram e foram criados. Hoje, a família mora no bairro do Prado.

N ° 203 da Rua Albuquerque Lins.





Casa Nº98 da Rua Santa Rita.



Desde o tempo de Cabral

“Aviso logo que não vai sair nada de bom da minha boca”, adianta Galego — como é conhecido um dos últimos moradores do Farol. De olhos azul claro que contrastam com a vermelhidão da pele ao falar sobre a Braskem, ele não mede as palavras e faz questão de mostrar toda sua indignação pelo crime do qual é vítima. Ele mora há 44 anos na casa Nº 98 da Rua Santa Rita e segue resistindo com alguns poucos sobreviventes do bairro.

Galego saiu de União dos Palmares e chegou em Maceió em 1969. Ao buscar um imóvel na cidade, encantou-se pela vista para a Mundaú que tem na frente da casa que comprou para construir sua família. Antigamente, dava para ver até o mar, mas a visão foi coberta por prédios. Quando se mudou, ainda era tudo barro, e as casas eram feitas de taipa. Viu as construções de tijolo subirem e o bairro se desenvolver. “Aqui era um paraíso de morar, mas depois que essa bandida entrou aqui, tudo mudou”. A bandida que ele se refere é a Braskem.

Os valores que a empresa ofereceu são absurdos, na sua opinião. “Nem esmola é!”. O auxílio-aluguel temporário, no valor de R\$1 mil, não é suficiente para arranjar uma casa para sua família em nenhum lugar da cidade, a não ser em áreas muito distantes, reclama. Além disso, o valor da avaliação do seu imóvel foi muito abaixo do que demanda, que seria o mínimo para conseguir uma casa que atendesse às suas necessidades. “Eu digo meu valor. Eu danço a minha dança aqui. Se eles quiserem, paguem o valor justo.”

Enquanto não oferecerem uma indenização adequada, não deixará seu lar, pelo qual tem muito carinho. Desde que mora lá, sempre cuidou de sua casa e faz questão de mantê-la bonita. “O que eu acho mais triste dessa empresa é que ela não tem o mínimo de respeito por ninguém. Eles acham que o povo é camarão, que tem merda na cabeça”, protesta e emenda com xingamentos à Braskem e seus diretores pelo sofrimento causado à população.

Ele conta que “povo tá morrendo angustiado”. Lembra o nome de todos os vizinhos que morreram desde que começou o desastre e conta pelo menos 13 pessoas que morreram “de angústia” — problemas de saúde que foram causados ou pioraram depois que começou o afundamento do solo e a evacuação das casas. “Eles tão pisando no coração do camarada pra espremer e não dar brecha pra gente sobreviver”, brada como quem se sente esmagado.

“É assim desde o tempo de Cabral. Ele tirou tudo dos índios, dos brasileiros. Levou tudo e não deixou nada aqui. Só foi embora porque teve luta. Se não tivesse, estavam aqui até hoje, tirando da gente. A Braskem fez com a gente o que os portugueses fizeram com os índios”.

Ele ainda conta uma história do tempo que cursou Direito: “Eu perguntei para o meu professor por que a estátua da justiça usa uma venda nos olhos. Você sabe o porquê? É para tapar a vergonha! A vergonha de juiz, procurador, desembargador, que não fazem justiça!”



Visão da casa do Galego para a Lagoa.

A Braskem tem culpa

Em 2019, após o Serviço Geológico Brasileiro apontar a atividade mineradora da Braskem como a responsável pela subsidência do solo e pelos danos às estruturas dos cinco bairros, a empresa criou o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF), um conjunto de medidas para mitigar os danos. Mas não foi tão simples, pois poderia significar assumir a responsabilidade pelo crime, o que não era de seu interesse.

A princípio, havia uma grande resistência em negociar um acordo com o poder público, segundo o desembargador Tutmés Airan, então presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL). “Em um determinado momento, eu percebi que a Braskem estava empurrando com a barriga.” O magistrado também conta que os advogados que representavam a empresa mostravam “uma certa arrogância” nas reuniões de negociação.

Mesmo após ter sido comprovada sua responsabilidade, e, antes de firmar um acordo de indenização em 2019, a empresa anunciou a distribuição de dividendos — uma parcela dos lucros dividida com os acionistas — no valor de R\$2,67 bilhões. O presidente do TJ-AL achou aquilo um “escárnio” e determinou o bloqueio de R\$3,6 bilhões para garantir o dinheiro que seria destinado às indenizações da população afetada. Então a empresa criou o programa de auxílio emergencial.

No fim de 2019, a Braskem firmou o acordo de desocupação das áreas de risco, no qual estão previstas as compensações financeiras que começaram a ser pagas em 2020. Ao todo, a Braskem pagou R\$9,2 bilhões por danos

causados pela mineração. Apenas em 2021, a empresa teve um lucro líquido de R\$14,1 bilhões.

Mas o termo não reconheceu a culpa da empresa. No acordo, lê-se o seguinte: “Todas as obrigações assumidas pelas partes neste termo não importam em reconhecimento de responsabilidade da Braskem pela desocupação das pessoas das áreas de risco ou pelos impactos causados e não poderão ser interpretadas neste sentido.”

Além disso, o acordo aponta a possibilidade da Braskem ser ressarcida no futuro caso seja comprovado que não foi sua responsabilidade: “A Braskem se reserva, caso se reconheça não ser ela a responsável pelos impactos, o direito de pleitear, em juízo ou fora dele, dos responsáveis que forem identificados o ressarcimento dos pagamentos feitos com fundamento neste termo ou em decorrência dos instrumentos a ele correlatos”.

Somente em 2024, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Braskem, a empresa reconheceu sua culpa pelo afundamento dos bairros de Maceió. “A Braskem tem a sua culpa nesse processo e nós assumimos a responsabilidade por isso”, afirmou Marcelo Arantes, diretor da companhia. “Não é à toa que todos os esforços da companhia têm sido colocados para reparar, mitigar e compensar todo o dano causado”, acrescentou.

O relatório da CPI é enfático: “O afundamento do solo – está provado – é resultado de um crime”. A comissão concluiu que a Braskem sabia do risco de subsidência e “mesmo assim, decidiu deliberadamente assumir o risco de explorar as cavernas para além de sua capacidade segura de produção”.

A confissão de culpa é apenas uma parte da busca por justiça pela população, que pede por responsabilização. Afinal, um crime dessa magnitude não pode ficar impune. A CPI propôs o indiciamento de três empresas e 11 pessoas pela tragédia: oito indicados ligados à Braskem e a própria em-

presa são acusados de crime contra a ordem econômica. Além de terem infringido crimes ambientais por causar poluição que resultou em danos à saúde humana e destruição da fauna e da flora.

Dentre os representantes da empresa — atuais ou anteriores — foram acusados de crimes:

Marcelo de Oliveira Cerqueira

Diretor-executivo da Braskem desde 2013, e atualmente vice-presidente executivo de Manufatura Brasil e Operações Industriais Globais

Alvaro Cesar Oliveira de Almeida

Diretor industrial de 2010 a 2019

Marco Aurélio Cabral Campelo

Gerente de produção

Galileu Moraes

Gerente de produção de 2018 a 2019

Paulo Márcio Tibana

Gerente de produção de 2012 a 2017

Paulo Roberto Cabral de Melo

Gerente-geral da planta de mineração de 1976 a 1997

Adolfo Sponquiado

Responsável técnico da empresa no local de mineração entre 2011 e 2016

Alex Cardoso da Silva

Responsável técnico em 2007, 2010, 2017 e 2019

Duas empresas que prestaram consultoria à Braskem e três engenheiros, também foram indiciados por apresentar laudos enganosos para demonstrar a regularidade das atividades. “Para que pudesse manter a continuidade e o ritmo da extração de sal-gema, inseriu informação inconsistente em documentos públicos, omitiu dados essenciais de relatórios técnicos e manipulou os órgãos de fiscalização. Como se não bastassem esses crimes, deixou de informar às autoridades e adotar medidas de segurança que poderiam ter evitado o afundamento do solo e a desocupação de cinco bairros de Maceió”, afirma o relatório.

Infelizmente, Maceió não é um caso isolado. Pode ser comparado aos desastres de Mariana e Brumadinho, causados pela irresponsabilidade das mineradoras e dos órgãos públicos. Lugares minerados até sobrar apenas o pó das pessoas e da natureza. É preciso contar a história de Maceió para evitar novas Maceióis.

Foi pedido um posicionamento da Braskem, mas a empresa não retornou até o fechamento do livro. Assim, sua versão foi buscada através das informações veiculadas na mídia e em seus canais institucionais.

Estátua da justiça destruída em frente
a prédios abandonados no Pinheiro.





Casa no Bebedouro.



Casa no Pinheiro.



Casa no Pinheiro.



QUEREMOS JUSTIÇA

Casa no Farol.



Agradecimentos

Começo agradecendo aos meus pais, Neyton e Ana Paula, que me tornaram quem eu sou hoje e sempre me apoiaram em todos os meus sonhos. Agradeço aos meus avós, Etelvina e Luiz, Adalva e Ciríaco, e a todos os ancestrais que me permitiram chegar aonde cheguei.

Aos meus amigos de Maceió, que sempre me apoiaram mesmo de longe: Caio, Alice, Ana, João e Henrique. Em especial, Caio, por sua confiança e parceria inabalável, e Alice, cujo abraço me afaga com carinho e compreensão todas as vezes que nos encontramos.

Agradeço aos amigos que fiz em São Paulo, em especial Cadu, Bia, Danilo, Lucas, Rebeca, Mara, Luana, Ana Carolina, Mateus, Marquinhos, Ceci, Maria Lua e Victor. Suas amizades me sustentaram quando eu não tinha ninguém em São Paulo. Por tudo que vivemos juntos, por terem participado dessa parte da minha vida, da minha experiência universitária e da minha formação. Aprendi e sigo aprendendo muito com vocês.

Ao Pedro Guilherme, o nosso eterno Dani, amigo que a USP me deu, um dos melhores escritores que tive o prazer de conhecer e um dos melhores jornalistas que esse país poderia ter. Seu humor e alegria irradiavam pelos corredores do CJE. À Dindinha e à Simone, suas duas mães, e à toda sua família, que tantas vezes nos acolheram com carinho em Maricá.

Agradecimento especial aos amigos que me ajudaram em todo o processo de produção desse livro: Lindolfo e Sarah, que me apoiaram lendo as primeiras versões e me ajudando com a revisão; e Stella, por seu belíssimo trabalho de diagramação. Suas contribuições e atenção aos detalhes foram essenciais para elevar a qualidade desse trabalho.

Agradeço às companheiras do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) — Isabele, Elane, Júlia, Giselle e Iara, que me acompanharam durante os dias de cobertura nos Flexais. Agradeço a parceria e amizade na luta “por um país soberano e sério, contra o saque dos nossos minérios”.

Agradeço à minha mestra Pequena, por ter me iniciado na capoeira, arte que levarei para toda a minha vida. Por todo seu carinho, amor e dedicação. A todos os meus amigos do Grupo Muzenza de Maceió, que me alegraram tantos dias e noites com bom-humor e muito axé, que ainda me recebem com a mesma energia, como a uma parente que mora longe.

Agradeço ao mestre Busca Longe e à Contramestra Raposa, por terem me acolhido em sua casa, o Espaço Cultural Muzenza, que também se tornou minha casa em São Paulo. À Batatinha, minha parceira de capoeira. Ao Kunde e ao Fuá, pelo lindo projeto que criamos. À família Urso, que sempre me tratou com carinho. Às crianças do nosso projeto na favela São Rafael, que nos inspiram a lutar por um mundo melhor.

Agradeço ao meu orientador, Alexandre Barbosa, que me conquistou na primeira vez que nos vimos com um abraço caloroso e um sorriso de orelha a orelha. Pelo seu olhar humano e por todo seu carinho e dedicação a mim, aos seus alunos, ao jornalismo e à sociedade. Agradeço aos demais professores do Departamento de Jornalismo e à Universidade de São Paulo como um todo, por suas contribuições à minha formação acadêmica e profissional.

Agradeço também a todos os professores que marcaram minha vida e formaram quem eu sou hoje, em especial: Wilson, por todos os conselhos; Vitor Pirralho, por ter me feito tomar gosto pela literatura; Gabriel Victor, por ter me iniciado na arte de escrever.

Agradeço à cidade de Maceió, a quem também dedico este livro. Por ter me acolhido aos seis meses de idade, por ter sido o berço onde cresci. Por suas belíssimas águas que me afagam e tranquilizam. Cidade que amo, com todos os seus defeitos.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que me deram a honra de contar suas histórias, que abriram suas casas e seus corações — Marluce, Elisa, Jackson, Maurício, Valdemir, Dona Augusta, Seu Damião, Dona Luzia, Seu Sebastião, Dona Maria, José Geraldo e tantas outras pessoas com quem conversei. Espero fazer jus a essa confiança. A vocês escrevo este livro.

